

Ricardo Antunes

A Rebeldia do Trabalho

(O Confronto Operário no ABC Paulista: As Greves de 1978/80)

Carlos 8 - Seminários 2

PASTA: _____

24

COPIAS: _____

41

R\$: _____

6,55

EDITORA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
UNICAMP

Retitor Carlos Vogt

Coordenador Geral da Universidade: José Martins Filho
Conselho Editorial: Aécio Pereira Chagas, Alfredo
Miguel Ozorio de Almeida, Antônio Carlos Bannwart,
César Francisco Clacco (*Presidente*), Eduardo Guimarães,
Hermígenes de Freitas Leirão Filho, Jayme Antunes
Maciel Júnior, Luiz Cesar Marques Filho, Geraldo
Severo de Souza Avila
Diretor Executivo: Eduardo Guimarães

2ª Edição

PARTE I
O SENTIDO IMANENTE DAS GREVES

CAPÍTULO I
As Greves nas Fábricas em Maio de 1978:
Irrompe a Espontaneidade Operária

"A greve nasceu de uma decisão espontânea do pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã do dia 12 de maio. Uma sexta-feira. Todo mundo marcou o cartão, mas ninguém trabalhou. Das sete até as oito horas nós ficamos de braços cruzados do lado das máquinas sem fazer nada. As oito horas chegou o gerente geral. (...) Achou estranho, mas não pensou que era uma paralisação. Não entendeu nada, como também jamais poderia imaginar que ocorreria uma greve. Foi uma surpresa!"
(Depoimento do operário G. Menezes, da Scania)

A Resistência Operária na Década de Setenta

Maio de 78 tem suas raízes no cotidiano operário, tecido especialmente nos primeiros anos da década. Finda a euforia

- do "milagre", o afloramento da crise econômica atingia ainda mais diretamente a classe trabalhadora, que pautava a sua atuação nos marcos da *resistência* contra o binômio arrocho-arbítrio, superexploração-autocracia, que, entrelaçados intimamente, impunham ao proletariado metalúrgico uma dura realidade. Essa resistência era marcadamente defensiva, caracterizada pelas freagens e o "amarrar" da produção que refletiam, de um lado, a criatividade no plano da espontaneidade operária, e de outro, os limites iminentes a essa forma de luta. Por vezes com um componente mais acentuadamente classista e coletivo, ora mais grupais e parciais ou mesmo expressando ações isoladas, estas manifestações foram inequivocamente expressões da repulsa operária. Implicavam, na maior parte das vezes, a diminuição do ritmo da produção (operação tartaruga), a sabotagem ou fabricação de uma mercadoria propositalmente defeituosa (operação boicote), esquecimento dos crachás identificadores para ingresso na fábrica (operação amnésia), não realização de trabalhos não previstos pela produção (operação quebra-galho), etc., uma gama de recursos que denotavam o descontentamento e a rebeldia operária.¹

O estudo de Celso Frederico detalha as diferentes formas de sabotagem da produção:

- "1. *dar o tranco na máquina*: aumentar a rotação da máquina para quebrá-la com o uso forçado;
2. *trombar a máquina*: mudar a posição da máquina para provocar uma *trombada* quando da entrada de materiais, ou então, jogar um corpo estranho para forçar um crepe;
3. *matar peças*: fazer a peça com pequenos defeitos para torná-la imprestável;
4. *fazer um gato*: roubar peças para vender nas oficinas mecânicas particulares;

1. Ler, a este respeito, Frederico, C. *A Vanguarda Operária*, Editora Símbolo, São Paulo, 1979, Cap. III e IV e, do mesmo autor, *Consciência Os Peões do Grande ABC*, Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1980, p. 294; ver *Quadernos de Debate 7*, Brasiliense, São Paulo, 1980, p. 15. Lembrese que as diversas formas de operação tartaruga desta fase de resistência do operariado metalúrgico tem uma *singularidade* distinta das operações tartaruga dos anos 84-85. Nestes últimos casos, há um nível de organização fortemente enraizado nas empresas, dado pela presença das comissões de fábrica que têm a possibilidade de controlar o processo de trabalho e o ritmo de produção, sendo, por isso, capazes de desestruturar e desorganizar momentaneamente a produção mesmo sem que haja a paralisação total do trabalho.

5. *desgastar as ferramentas*: principalmente as já precárias pelo uso que poderiam ser utilizadas;
6. *desatenção*: empilhar mal as peças para que elas caiam no chão 'sem querer' e fiquem danificadas; não tomar cuidado com os instrumentos mais delicados, etc.;
7. *fazer cera*: enviar as peças solicitadas para os locais errados; parar o funcionamento da máquina por algum tempo alegando defeito inexistente; fazer o serviço mal feito para ter que fazer tudo de novo, etc."²

No que tange às distintas formas de operação-tartaruga, isto é, a ação que resulta na diminuição do ritmo de trabalho, este estudo faz referência à *operação zelo*, que prima pelo cumprimento rigoroso das normas de segurança estabelecidas pela fábrica; a *operação acidente*, onde o ritmo da produção é diminuído para que não haja risco de acidente e a *operação solugo*, onde são alternados, na linha de montagem, os grupos de trabalhadores que realizam a operação tartaruga.³ Essas ações de resistência encontram sua causalidade precariedade das condições de salário e trabalho, precariedade esta dada pela compreensão salarial, pela intensidade extenuante do trabalho, e se expressa no protesto contra a opressão e controle das chefias, na luta contra os atrasos de pagamento, no empenho pela melhoria do sistema promocional, etc.

Houve, também, durante esta fase de resistência, diversas tentativas (algumas concretizadas) de ação grevista no ABC, como aquela desencadeada na Mercedes e outra na Ferramentaria da Ford, que contou com o desestímulo do Sindicato dos Metalúrgicos — na época liderado por Paulo Vidal. Ocorreu uma greve de características singulares na Villares, em 1973, em São Paulo, onde os operários realizaram um movimento pendular de paralisação e retomada do trabalho, deixando o patronato sem condições de impedir sua eclosão. Esse movimento durou uma semana e dominou-se "operação gato-selvagem".⁴

2. Frederico, C. *A Vanguarda Operária*, op. cit., pp. 71/72.
 3. Id. *Ibid.*, pp. 88/89.
 4. "*Gato-selvagem* é uma espécie de paralisação que não tem horário pré-estabelecido e acabar. É um tropeço imprevisível: os caras param, voltam a trabalhar, param, voltam a trabalhar. O nome veio do bicho que mata no mato e é imprevisível, pode atacar ou não". Conforme depoimento de um operário, citado por Frederico, C., *A Vanguarda Operária*, op. cit., p. 104. Ver também, Maroni, A., *A Estratégia da Recusa* (Ant.

Foi nesse contexto que aflorou a denúncia da fraude salarial de 1973, que lesou em 34,1% os salários dos trabalhadores. Era a corroboração daquilo que o Sindicato vinha denunciando: a prevalência de uma política salarial que vinha traía de todas as formas o salário operário. E a campanha iniciada pelo Sindicato, visando a reposição dos índices de 1973, teve múltipla significação: *primeiro*, trouxe maior ímpeto para que se desse continuidade ao trabalho de mobilização junto às bases operárias, intensificando a campanha de denúncia da precariedade salarial; *segundo*, permitiu a parcelas significativas do operariado metalúrgico a apreensão, ao nível da consciência *contingente*, da superexploração do trabalho, dada pela depressão salarial obtida pela manipulação dos índices; e, *terceiro*, possibilitou, de maneira transparente, mostrar a inviabilidade de uma opção que privilegiasse, em sua ação, os caminhos das negociações com o governo e o empresariado, mostrando os limites dessa trajetória; tanto o patronato quanto o Estado não estavam dispostos a realizar a correção salarial.¹³

Não restava outra alternativa para a ação operária: ao barulho ensurdecedor da produção, os metalúrgicos reviveram, em maio de 78, o silêncio das máquinas paradas.¹⁴ A

13. "A campanha salarial pela reposição representava, antes de mais nada, uma briga que o movimento sindical precisa assumir. Surgiu num momento certo, e eu só lamento o fato de ainda existirem sindicatos que não levantaram essa bandeira, independente da época do distúrbio. Quantos nós começamos a campanha dos 34% tínhamos certeza de que ela traria uma abertura para o movimento sindical. E essa campanha, pelo menos para São Bernardo, não vai parar já. Isso será uma bandeira de luta, que vai servir pelo menos de lição". Depoimento de Lula in *ABCD Jornal*, n.º 11, 20 de novembro de 1977, São Bernardo, p. 4. Ou, conforme o editorial de Lula na *Tribuna Metalúrgica*: "... não daremos pé deste movimento porque nossa pretensão se firma em fato e é reconhecidamente justa. Haveremos de esgotar todos os recursos, correr todos os riscos, para cobrir a quem de direito aquilo que nos foi ilegalmente subtraído". In *Tribuna Metalúrgica*, n.º 43, setembro 1977, p. 3.

14. O discurso de posse de Lula, em 21 de abril de 1978, foi uma nítida antecipação da realidade que aflorou alguns meses depois: "Depois de sete meses, cheguei lamentavelmente à conclusão de que a classe empresarial não quer negociar com seus trabalhadores, mas tirar toda a sua força física, até a última gota de suor. Por isso está na hora de deixar o diálogo de lado e partir para a exigência. Sem medo de nada". In *ABCD Jornal*, n.º 16, 29 de abril a 6 de maio de 1978, p. 2. A campanha salarial de 1978 intensificou ainda mais a mobilização dos trabalhadores, reivindicando 69% de reajuste salarial. Uma vez mais o seu desfecho não diferiu das campanhas anteriores, mostrando-se desafiável para os metalúrgicos, visto que foi homologado o reajuste oficial.

vigência da superexploração no cotidiano das fábricas fazia pulsar o contingente operário em direção à revolta e à rebeldia. A ação sindical, estreitando seus laços com as bases nas fábricas, ao denunciar esta situação, favoreceu, sobremaneira o ressurgimento grevista, desencadeado após a Greve na Saab-Scania.¹⁵

Da Greve da Scania às Greves por Fábricas na Indústria Automobilística: a Busca do Significado das Greves

A 12 de maio de 1978 o proletariado da indústria automobilística ressurgia, com vigor e pujança, na cena social: irrompia a greve da Scania. Nas palavras de um militante sindical: "A greve nasceu de uma decisão espontânea do

15. Apesar de a Greve da Scania, em maio de 1978, por seu significado, ter-se constituído no marco fundamental do ressurgimento do movimento grevista, houve, pouco tempo antes, em fins de março daquele ano, a eclosão de uma greve na Mercedes-Benz, em São Bernardo, quando cerca de 800 operários paralisaram a produção pelo fato de não terem recebido o aumento promocional que a empresa costumava conceder. Vários setores paralisaram suas atividades pelo menos por duas horas, em sinal de protesto. Os trezentos metalúrgicos da manufatura o fizeram por quatro horas. Infletiu-se um processo de demissões que atingiu 17 operários, anedrontando os demais trabalhadores. Ver *ABCD Jornal*, n.º 16, 29 de abril a 6 de maio de 1978, p. 5. Sobre o significado dessa greve, é interessante o depoimento de um militante sindical: "... até esse momento, os conflitos eram resolvidos lá dentro das fábricas. Conversavam, chegavam num acordo e tal. Bem, mas aí o Lula foi lá conversar com o cara da Mercedes, um gerente [que] mandou o Lula se danar: 'Denitido e demitido e pronto'. Então o Lula começou a perceber o seguinte: 'A situação agora está (...) num outro nível. A gente se organiza e sai pro pau porque os caras não vão dar mais nada prá gente'. Esse caso da Mercedes foi um exemplo que serviu prá mostrar que realmente tinha acabado a fase da possibilidade do diálogo. Passou algum tempo e começaram as primeiras greves: saiu a greve da Scania em 78..." in "O arrocho treine nas bases do ABC", op. cit., p. 41. Há notícias também de uma greve na Maxwell, em São Paulo, no dia 13 de janeiro de 1978, devido ao atraso salarial nos meses de outubro a janeiro. Ler *ABCD Jornal*, n.º 13, 21 de janeiro de 1978. E, no início do mês de maio do mesmo ano, ocorreu uma paralisação parcial na Ford de São Bernardo, onde os trabalhadores da estampanaria reivindicaram 20% de aumento salarial. Ler Bargas, O e Rainho, L. F., *As Lutas...*, op. cit., p. 64. Estes eventos prenunciavam uma nova era.

pessoal do diurno da ferramentaria. O pessoal do noturno estava saindo, quando o turno do dia entrou e não ligou as máquinas. Ninguém começou a trabalhar. Não se ouvia o menor barulho na fábrica. Eram sete horas da manhã do dia 12 de maio. Uma sexta-feira.

Todo mundo marcou o cartão, mas ninguém trabalhou. Das sete até às oito horas, nós ficamos de braços cruzados do lado das máquinas sem fazer nada. As oito horas chegou o gerente geral. Pelo que eu fiquei sabendo, ele olhou, viu que tinha luz, que os cartões estavam marcados, mas que ninguém estava trabalhando. Achou estranho, mas não sou que era uma paralisação. Não entendeu nada, como também jamais poderia imaginar que ocorresse uma greve. Foi uma surpresa!¹⁶

Assim teve início o maior ciclo grevista do pós-64. Movimentos fundamentalmente pela luta por aumentos salariais, descontentes com o resultado de mais uma campanha salarial desfavorável, os operários da Scania desta vez não aceitaram o ritual imposto pela indústria automobilística que, além de descontava as antecipações salariais feitas anteriormente, resultado era que, além de diminuídos, os índices percebidos acabavam sendo ainda menores que o oficial, pois vinham (39%), descontadas as antecipações, eram, portanto, ainda menores. Daí que a reivindicação básica — e que depois generalizou-se para o conjunto do operariado da indústria automobilística — era de mais 20% de aumento salarial. E foi essa reivindicação que motivou a paralisação, a 12 de maio, na Saab-Scania.

A recuperação do percurso desta greve parece-nos extremamente importante, por estampar a forma de ser das greves de maio. Mais uma vez, o depoimento do militante operário é esclarecedor: "As insatisfações começaram a se revelar

16. Depoimento de Gilson Menezes, na época operário da Saab-Scania e delegado de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, in "A Greve na Voz dos Trabalhadores", *História Imediata*, 2, Ed. Alfa-Omega, São Paulo, 1979, p. 7.

17. A indústria automobilística já havia antecipado, do reajuste referente ao dissídio de 1978, 10% em dezembro de 1977, além de 5% em fevereiro de 1978 (no caso da Scania), antecipações que foram subtraídas do índice oficial. Conforme Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutas...*, op. cit., p. 66.

quando recebemos o pagamento. Notou-se que o reajuste de 39% não resolveu os problemas e os trabalhadores começaram a comentar. Subiram até o Departamento de Pessoal, pois, além de tudo, o pagamento veio com 232 horas e não 240, como é comum. Isso porque o mês de abril começou no sábado e perdemos um dia."¹⁸

Os operários tinham solicitado ainda, à época do dissídio, que a Scania não descontasse a antecipação de 15%, no que não foram atendidos. Cansados das constantes negativas patronais, naquele momento os operários deram um salto qualitativo em sua resistência. Não aceitaram passivamente a negativa patronal. Sua ação foi a paralisação da produção, a inação do trabalho e a consequente inação do capital.

Em 1977 os operários da Scania já haviam vivenciado um momento crítico nas suas relações com o patronato, e isto levou à demissão de alguns trabalhadores, inicialmente revertida pela ação judicial desencadeada pelo Sindicato operário mas, por fim, tornada irreversível. Os demitidos foram acusados de estarem fazendo "propaganda do sindicato".¹⁹ Havia portanto, quer pela lembrança deste episódio recente, quer pela história da repressão sobre o proletariado ao longo de toda a década de 70, um temor que aflorava antes do desencadear da ação operária. Mas havia também uma necessidade imperiosa de romper o cerco patronal. Essa dualidade transparece neste longo depoimento: "Então, surgiu da parte da gente: que tal a paralisação? Para que a gente reivindicasse, exigisse salário. Ai muitos falavam: vocês não viram em 77, a ferramentaria começou a pressionar e conseguiram?"

Mas, a palavra greve é que estava difícil de sair. Então o pessoal propôs parar dentro da fábrica. Parar, mas não era greve. Era uma parada. Então, a gente saía pelas seções, os companheiros mais conscientes, e começaram a conversar: que tal uma paralisação? Vamos parar aí, que você acha e tal. Ai fomos vendo que o pessoal ia topando e nós íamos pedindo a esses companheiros que toparam de cara, principalmente os da ferramentaria, para fazer contato já com o outro pessoal.

18. Depoimento de G. Menezes, in Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutas...*, op. cit., p. 67.

19. Conforme Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutas...*, op. cit., p. 67.

E nós íamos pedindo sigilo total. Foi um trabalho assim que até hoje eu fico pensando, imaginando como tudo aquilo pôde ter dado tudo certo sem que as chefias soubessem. A ferramentaria já estava garantida. E as outras seções? Falar para todo mundo não era bom negócio, porque ia ter alguém que ia furar o bloqueio e falar para os mestres. Mas, também eles tinham que saber antes de parar. Então, pensamos nos ônibus da saída, mas não da entrada, do dia 12. Com os que sabiam, combinamos: vamos fazer um tipo de santona. Vamos conversar só com as pessoas de confiança de todas as seções. Esse trabalho foi feito dia 10 de meio-dia em diante e dia 11. Não foi feito mais que isso... No dia 12 a gente converteu nos ônibus que a ferramentaria ia parar e que era importante que as outras seções acompanhassem. (...)

Quando chegou na sexta-feira, dia 12 de manhã, o esquema da ferramentaria estava pronto. O pessoal da noite, poucos sabiam. Esse pessoal saía e já deixava o do dia trabalhando. E aquele pessoal ia saindo e ninguém que entrava começava a trabalhar... a ferramentaria não ligou as máquinas. Nas outras seções no pavilhão A ninguém ligou as máquinas. Só umas 3 ou 4 seções ligaram uma ou outra máquina. Eu sei que a ferramentaria parou e o pessoal de outras seções viam que ela estava parada. Ai foi indo, parou a fábrica toda."²⁰

A greve tinha sido uma engenhosidade da espontaneidade operária. Sem vislumbrar outra alternativa para a obtenção de suas reivindicações, os metalúrgicos buscaram, através da sua experiência, a opção que poderia reverter a negativa e a intransigência patronal. O próprio Sindicato operário que, como vimos, vinha estreitando crescentemente seus laços com as bases e que desde alguns anos desenvolvia como eixo básico de sua ação a luta contra a superexploração do trabalho, até então não houvera participado na preparação e nem na deflagração do movimento da Scania, desconhecendo mesmo sua possibilidade iminente. E, por mais que tivessem feito a previsão de que as greves acabariam por se tornar, em breve, a única alternativa para o operariado — como alertou Lula em diversas ocasiões — as lideranças foram pegadas de surpresa, quando avisadas da iminência da paralisação na Scania: antever as greves era, naquele contexto,

menos temerário do que participar delas.²¹ É elucidativo o depoimento que nos foi dado por Lula: "Dias antes o Gilson, numa reunião da diretoria, falou que a Scania parava no dia 12 de maio. Nós não acreditávamos e deu até dissidência na diretoria. A verdade é que ficamos esperando o dia de a Scania parar. No dia do pagamento, só veio 39%, que era o decreto da época e ainda por cima foram cortados os 3% que normalmente ela dava para os trabalhadores. Ai o pessoal não teve alternativa, parou e começou, na minha opinião, um dos maiores movimentos feitos na história desse país. Quanto à organização, nós não tínhamos nenhuma experiência de greve, nem eu, nem a minha diretoria: tínhamos feito greve na vida, quanto mais liderado uma, quer dizer era um desafio."²²

Apesar disso, e com todas as dificuldades presentes nesta nova experiência, o Sindicato operário foi logo chamado para efetivar negociações com a empresa. Quatro dias após o início da paralisação, realizou-se uma assembléia na fábrica, com a presença de Lula, onde se reafirmou a pauta reivindicatória: aumento salarial de 20% a partir de 1.º de maio para aqueles que recebessem até 10 salários mínimos; igualdade salarial para aqueles que realizassem os mesmos trabalhos; pagamentos dos dias em greve e redução do trabalho noturno.²³ Pego pela absoluta inexperiência de participação em movimentos grevistas, o Sindicato, por intermédio de Lula, chegou a um acordo verbal, não formalizado, com a direção da Scania, e por causa das vantagens deste "acordo" defendeu, em assembléia na fábrica, a volta ao trabalho. A empresa, pressionada pelo conjunto do setor automobilístico, não o cumpriu, gerando descontentamento junto aos operários — que chegaram inclusive a desconfiar da ação de Lula e mesmo do Sindicato. Nova paralisação foi tentada, mas a Scania utilizou-se de inúmeros instrumentos de repressão e impediu a retomada do movimento grevista. Resultado: a proposta patronal ficou em 6,5% (média das diferentes faixas salariais) para os trabalhadores, apesar do seu descontentamento.²⁴

20. Conforme Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutias...*, op. cit., pp. 67/68, depoimento de G. Menezes.

21. "Os operários da Saab-Scania pararam. A notícia chegou ao Sindicato na tarde do dia 12 de maio, causando certa surpresa." Conforme *Tribuna Metalúrgica*, n.º 46, junho de 1978, p. 7.

22. *Idem*. Retrato..., op. cit., p. 17.

23. Conforme ABCD *Journal*, n.º 17, junho de 1978, p. 3 e Bargas, O. e

24. Ver "Luta: Retrato...", op. cit., p. 70.

25. Ver "Luta: Retrato...", op. cit., p. 17 e *Tribuna Metalúrgica*, n.º 46, op. cit., p. 7.

Neste momento, entretanto, as greves por fábricas expandiam-se e atingiam-se a Mercedes, a Ford e um conjunto significativo de indústrias metalúrgicas do ABC paulista. Na Ford, em São Bernardo, o movimento iniciou-se no dia 15 de maio: principiando pela usinagem e pela ferramentaria, a paralisação atingiu desde o setor de fabricação de motores até a seção de pintura, paralisando toda a produção durante uma semana. Quinze dias antes da ocorrência da greve da Scania, uma comissão de trabalhadores da Ford havia reivindicado a manutenção do reajuste de 39%, concedido em abril, sem que houvesse os descontos das antecipações. Como não obtiveram nenhuma resposta favorável da direção da empresa, paralisaram o trabalho reivindicando aumento salarial de 20%, melhoria na alimentação e no sistema médico, além de redução no custo do transporte.²⁵ A recuperação do cotidiano da greve, e em especial o seu desencadear, mostra similitudes com a tendência oferecida pelos metalúrgicos da Scania: "Quando a Scania parou na sexta-feira, a diretoria da Ford não tinha respondido às comissões. Então, na segunda-feira, depois do almoço, a usinagem parou porque já havia uma mobilização no setor (...). A adesão dos outros setores aconteceu rapidamente. O último setor a parar foi a montagem, às 3 da tarde."²⁶

Persistindo alguns dias sem negociar com os operários, a direção da Ford acabou por curvar-se ante o movimento grevista e recorreu ao Sindicato operário para efetivar as negociações. Uma semana depois do início da greve, a empresa acenava com a possibilidade de concessão de 15% de aumento para aqueles que percebiam até 10 salários mínimos e 10% para os salários superiores à faixa anterior. Acabou, por fim, concedendo 11% de aumento, o que gerou novo descontentamento junto ao operariado daquela empresa. Este era contudo o índice que estava sendo negociado entre os sindicatos patronal e operário.²⁷

25. Conforme *ABCD Jornal*, n.º 17, op. cit., p. 3; *Tribuna Metalúrgica*, n.º 46, op. cit., p. 5 e *Folha de S. Paulo*, 16/05/1978.

26. Depoimento de Luis Venâncio Luz, operário da Ford, in *História Inmediata 2*, op. cit., p. 19.

27. "Na Ford a reivindicação era de 15%, quando chegamos nos 11%, tivemos que fazer uma opção. Se aceitássemos os 11%, íamos beneficiar 64 mil trabalhadores da Indústria automobilística, o pessoal da Volks, da Scania, da Mercedes, da Villares e íamos tirar 4% do pessoal da Ford. Então acabamos fazendo o acordo, que foi aceito com reserva pelos trabalhadores da Ford, mas com muito boa vontade pelo pessoal

A paralisação parcial na Volkswagen, em São Bernardo, iniciou-se no dia 16 de maio, desencadeada pela ferramentaria e teve a duração de três dias: "Foi uma paralisação meio indecisa. Um ia vendo o outro parar e parava junto. O barulho da máquina foi diminuindo, até que deu silêncio."²⁸ Não houve, entretanto, uma paralisação geral por toda a fábrica: o movimento ateu-se à ferramentaria, funilaria, afiação de ferramentas e prensas leves. Não foi atetada a linha de montagem, pois os estoques de ferramentas existentes nas fábricas supriram as primeiras necessidades. A empresa reagiu demitindo 28 trabalhadores. A aceitação, pela Volks, do índice que fosse acertado entre o conjunto da indústria automobilística e o sindicato, bem como a não concretização das demissões, tornaram-se as bandeiras do movimento, que foram aceitas pela empresa.

No bojo desse movimento grevista em propagação, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) decidiu pela ilegalidade das greves. Nas fábricas, entretanto, o movimento continuava a se expandir. A ação operária desconsiderava a lógica jurisdicista dos tribunais. As greves por fábricas generalizavam-se pelo ABC, além de outras cidades como São Paulo, Osasco etc.²⁹ Houve uma diversidade de formas de greve: desde paralisações totais e prolongadas (como a Ford), até paralisações setoriais e parciais (como a Volks), ou um semi-número de paralisações relâmpagos, de curtíssima duração, (como na

de outras fábricas, que não conseguiram parar, já que este índice serviu de parâmetro para outros acordos". Conforme "Lula: Retrato..." op. cit., p. 18. Ver também *História Inmediata 2*, op. cit., pp. 13/20 e *Folha de S. Paulo*, 23/05/78.

28. Conforme *História Inmediata 2*, op. cit., p. 27; outras informações sobre a Greve da Volkswagen, ver *ABCD Jornal*, n.º 17, op. cit., p. 3; *Tribuna Metalúrgica*, n.º 46, op. cit., p. 8 e *Folha de S. Paulo*, 17/05/78.

29. Além da Chrysler, Villares e Brastemp, este ciclo grevista atingiu as seguintes empresas do ABC paulista: Pirelli, Cofap, Motores Perkins, Phillips, Cima, Sernar, Otis, Schuller, Fernar, Fabrin, Arreb, Thorape, Feiza, Alean, General Electric, Constanta, Rodha, Isam, Coferraz, Mollins, Mannemann, Fichet, Gemmer, Reifehauger, Mecânica Lido, Metalúrgica Panoz, Indústria Química Atlantis, Coldex Trane, Atlas Copco, Eluma, São Paulo Adria, Labortex, Indústria Química Anhembí, Huller, etc. Em São Paulo a greve atingiu a Toshiba, Hyster do Brasil, Ornix, Guteman, Siemens, Metalac, entre outras, e em Osasco ocorreram paralisações na Braseixos, Cobrasma, Braspremas etc. Estes dados foram extraídos da pesquisa que fizemos nos jornais *Tribuna Metalúrgica*, *ABCD Jornal*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Tarde*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* (entre maio e junho), *Revista Isto é* (21/6/78) e semanário *Mo-*

Gemmer e na Cima). Houve empresas que, antevendo a iminência da paralisação, comunicavam aos operários que acompanhariam o que fosse estabelecido no acordo entre operários e patrões da indústria automobilística, o que se efetivou no dia 30 de maio daquele ano. Negociado entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e o SINFAVEA (Sindicato Nacional dos Fabricantes de Veículos e Automotores), este acordo abarcou cerca de 65 mil trabalhadores e contemplou os seguintes índices de reajuste: 11% de aumento, concedidos em junho (5,5%) e outubro (5,5%) além de antecipação salarial de 13,5%, concedida em agosto (4,5%), em dezembro (4,5) e fevereiro (4,5%).³⁰ O acordo propiciou também que o operariado vinculado às pequenas e médias empresas do ramo de autopeças desencanaassem greves ao longo do segundo semestre de 1978, visando à obtenção de conquistas válidas para o ramo automobilístico. Um mês após a eclosão da greve da Scania, as paralisações tinham atingido um contingente de cerca de 150 mil operários do ramo metalúrgico.

Esse movimento de massas, que a indústria automobilística viu eclodir, nos meses de maio e junho de 1978, pela sua dimensão, marcou o ressurgimento da ação reivindicatória grevista no Brasil depois de uma década de resistência operária. Iniciando a paralisação do trabalho dentro das fábricas, onde os operários "cruzavam os braços e paravam as máquinas", sem que houvesse sequer a recorrência aos piquetes, as greves fabris expandiram-se até atingir praticamente o conjunto da indústria metalúrgica. Apesar das singularidades que caracterizaram cada uma das paralisações de maio, a causalidade básica, a motivação essencial era manifestada ao voltarem-se contra a compressão salarial. Os operários não mais aceitavam uma política salarial que, ao articular as forças relativa e absoluta da mais-valia, exprimia um cotidiano imerso no mundo da superexploração do trabalho.

30. Esses percentuais beneficiaram diretamente os trabalhadores da Volkswagen, Mercedes-Benz, Ford, Chrysler, Saab-Scania, Kubota Tekko, ~~Katana-Cia~~ e Toyota e poderiam ser estendidos às demais empresas filiadas à SINFAVEA, mesmo fora da base territorial do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, como foi o caso da General Motors. Ver *Tribuna Metalúrgica*, n.º 46, op. cit., p. 4 e *Jornal da Tarde*, 01/06/78.

Aquele segmento que alguns caracterizavam como sendo um pólo privilegiado e beneficiário, na verdade, vivenciava, de forma direta, a intensidade da exploração da força de trabalho. Conforme denunciou Luis Inácio da Silva: "O arrocho salarial fez com que a classe trabalhadora brasileira, após muitos anos de repressão, fizesse o que qualquer classe trabalhadora do mundo faria: negar sua força de trabalho às empresas. Era a única forma que os operários tinham de recuperar o padrão salarial, ou melhor, entrar no caminho de sua recuperação."³¹

E, em outro depoimento, acrescentou: "É toda uma política salarial que está deixando o trabalhador descontente. Há falhas enormes e a própria luta pela reposição salarial da perda sofrida em 73, com a manipulação dos dados da inflação, veio demonstrar isso. O trabalhador está cansado de há 13 anos ver seu salário diminuído mensalmente."³²

Ao ser referendado, para o ano de 1978, o índice oficial de 39%, o operariado metalúrgico fez da reivindicação salarial o eixo básico e central de toda luta travada na indústria automobilística. Ainda que outras importantes reivindicações estivessem presentes nas greves, não se pode deixar de assinalar, sob o risco de perda do elemento fundante, que o eixo das Greves de Maio definia-se contra a superexploração do trabalho, *contra o arrocho salarial*.³³ A luta contra o intervencionismo estatal e pela democratização, autonomia e liberdade sindical, direito de greve, maior organização no espaço fabril, pela negociação direta, pela contratação coletiva — reivindicações latentes que aparecerão com maior intensidade e explicitação nas greves metalúrgicas do ABC desencadeadas em 1979 e 1980 — visavam dotar os metalúrgicos de um instrumento capaz de possibilitar o embate contra a superexploração do trabalho. A luta contra a opressão e o despotismo fabril, que aflorava aqui de maneira ainda *bastante embrionária*, apesar do seu estatuto de secundariedade nesta ação concreta, inseria-se no processo de denúncia e combate à *superexploração do trabalho*, uma vez que o despotismo e a

31. Ver depoimento de Lúlia in *História Imediata 2*, op. cit., p. 56.

32. Ver depoimento de Lúlia in *Folha de S. Paulo*, 14/5/78.

33. O editorial assinado por Luis Inácio da Silva, referindo-se ao signficado das greves, uma vez mais enfatizou que "O que era profícuo, agora já é um fato: a política salarial de arrocho começa a ser quebrada diante da unidade e organização dos trabalhadores". Conforme *Tribuna Metalúrgica*, n.º 46, op. cit., p. 3.

opressão, exprimiam a forma pela qual, no cotidiano fabril, a expropriação do trabalho se efetivava. E o arrocho salarial era a manifestação mais perversa desta concretude.

Neste ponto reside o limite maior do estudo de A. Maroni. Quando afirmou que "O movimento de Maio de 78 não se limitou, portanto, ao questionamento do arrocho salarial..."³⁴ Amnérís, ainda que tenha apontado aspectos presentes e importantes na luta operária, distanciou-se da possibilidade de apreensão da dimensão central da prática do operariado metalúrgico da indústria automobilística, no ano de 1978. Atribuir ao "questionamento da organização do processo de trabalho" a causalidade das Greves de Maio de 78 do ABC paulista constitui um *a priori*, recurso metodológico que a autora explicita ao optar "por direcionar as entrevistas para a problemática do conflito interno à fábrica", uma vez que "o arrocho salarial, a falta de liberdades sindicais, a reivindicação pela reposição salarial", constituíram-se em "elementos sem dúvida importantes para o desencadeamento do conflito, mas que não dão conta de sua emergência particular."³⁵ Nada teríamos a opor se a recuperação desta dimensão das Greves — a problemática do conflito interno à fábrica — não minimizasse e mesmo menosprezasse o eixo central do movimento, não desconsiderasse e maculasse o discurso operário, que tão exaustivamente apontou para a radicalidade do arrocho salarial, não obtasse, enfim, a possibilidade de apreensão da concretude das greves. Se é verdade que nas paralisações metalúrgicas da cidade de São Paulo — marcadas de um lado, pelo boicote da direção do Sindicato e, de outro, pela presença das comissões de fábrica — a temática do conflito interno aparecia de maneira mais explícita, através do discurso dos operários avançados da oposição sindical, transpô-la para a ação espontânea do operariado metalúrgico da indústria automobilística do ABC, em 1978, e conferir a esta temática uma dimensão decisiva e central nas Greves de Maio é distanciar-se do seu real entendimento. Não apreender a causalidade movente das ações grevistas, que na particulari-

34. Maroni, A., *A Estratégia...*, op. cit., p. 115.

35. Id. *Ibid.*, p. 17, grifos meus. A não percepção dos nexos existentes entre a organização do processo de trabalho e a superexploração deste mesmo trabalho é que acaba por gerar essa disjunção equivocada: na verdade, a superexploração manifesta-se cotidianamente na intensidade e no caráter extenuante do processo produtivo; por isso, questionar a opressão do processo de trabalho é questionar também a forma pela qual a superexploração se realiza em seu cotidiano.

dade da ação metalúrgica é dada pela luta contra a superexploração do trabalho e pelo combate ao "arrocho salarial" (como duramente chamaram), pode propiciar que se tome como central e decisivo aquilo que na luta concreta existiu, porém, não com estatuto de determinação, mas de secundariedade. Além de inverter a hierarquia da pauta reivindicatória presente nas Greves de Maio de 78 no ABC paulista, Amnérís Maroni acaba por operar uma dicotomização que a impede de apreender, naquela ação concreta, os vínculos existentes entre opressão cotidiana e o arrocho salarial, entre o despotismo e a superexploração do trabalho. Lembro aqui que esta formulação não só não foi desconsiderada pela formulação marxiana — o foi, isto sim, pela vulgarização "marxista" posterior que relegou o mundo fabril a um plano de secundariedade e mesmo desconsideração — mas que encontrou na análise de Marx sua indicação decisiva: "Se, portanto, a direção capitalista é, pelo seu conteúdo, dúplice, em virtude da duplicidade do próprio processo de produção que dirige, o qual por um lado é processo social de trabalho para a elaboração de um produto, por outro, processo de valorização do capital, ela é quanto à forma despótica. Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, managers) e suboficiais (capatazes, foremen, overloukers, contre-maîtres) que durante o processo de trabalho comandam em nome do capital."³⁶

O processo de valorização do capital requer, no que diz respeito ao processo de trabalho, uma forma cotidiana degradante e brutalizada: "... dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de

36. Marx, K., *O Capital*, Vol. I, Livro Primeiro, Tomo I, Abril Cultural, São Paulo, 1983, pp. 263/264. Essa relação íntima entre o cotidiano fabril, as condições de trabalho e o processo de produção do capital, está presente também de maneira acentuada na "Enquête Ouvrière" elaborada por Marx, e que compreende um conjunto de 100 questões, publicadas na *Revue Socialista*, em 20/4/1880, onde se pretende, através das respostas dos operários, apreender as verdadeiras condições de trabalho do mundo fabril. A "Enquête Ouvrière" encontra-se em Bot-Sociology and Social Philosophy, Londres, C.A. Watts & Company Ltd., 1956, pp. 203/212.

dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho transformado em tormento; tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho na medida em que a este se incorpora a ciência como força independente, desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformando todas as horas de sua vida em horas de trabalho e lançam sua mulher e seus filhos sob o rolo compressor do capital. Mas, todos os métodos para produzir mais-valia são ao mesmo tempo métodos de acumular, e todo aumento de acumulação torna-se reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos [...] Acumulação de miséria, de trabalho atormentado, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.”³⁷

É essa unidade real existente entre a exploração do trabalho e o despotismo fabril que permite a A. Gorz dizer, referindo-se à estratégia operária no capitalismo avançado, “que a primeira tarefa do movimento operário atualmente consiste em elaborar, através dos trabalhadores, uma estratégia e novos objetivos que unam indissoluvelmente a reivindicação salarial, a reivindicação de gestão e a reivindicação de *autodeterminação* das condições e das relações de trabalho.”³⁸

Se esta é uma *estratégia* real na contextualidade de determinadas lutas sociais desencadeadas pelo proletariado europeu, cujas reivindicações tem incidido centralmente na condição operária nos locais de trabalho, contra a dominação taylorista na fábrica,³⁹ “na recusa consciente das relações opressivas de trabalho”,⁴⁰ transplantá-la para a concretude das lutas grevistas do ABC paulista, em 1978, constituiu-se um *a priori* que acaba impedindo a real apreensão do significado das Greves de Maio. Estas incidiram centralmente sua ação

37. Marx, K., *O Capital*, Livro I, Vol. II, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1975, pp. 748/749.

38. Gorz, A., *Estratégia Operária e Neocapitalismo*, Zahar, Rio de Janeiro, 1968, pp. 51/52.

39. Sobre a dominação taylorista na fábrica, ver Coriat, B., *El Taller y el Cronómetro. Ensayo sobre el Taylorismo, el Fordismo y la producción en Masa*, Siglo XXI, México, 2.ª edição, Cap. II.

40. Gorz, A., op. cit., p. 46.

espontânea contra a superexploração do trabalho, contra o arrocho salarial. A opressão fabril era a manifestação e realização cotidiana daquela dimensão central.

Outro limite decorrente desta análise configura-se quando se minimiza o papel central da luta contra o arrocho salarial: a não percepção da dimensão *política* presente nestas greves, resultado direto do questionamento feito à política econômica baseada na superexploração do trabalho. Esta formação aparece originalmente no rico ensaio “As Máquinas Param: Germina a Democracia”, de J. Chasin: “... os braços cruzados de maio... dão-se no bojo da crise do ‘milagre’, e tem por raiz insofismável e explícita a objetiva e declarada miséria das massas trabalhadoras.

Se se insiste nesta determinação de fundo, quanto à gênese da reemergência do movimento operário, não é porque se deseja ficar cego a outros ‘fatores’, secundários embora presentes na malha, mas porque qualquer outra explicação, que não reconheça naquela a razão decisiva e de base, é simplesmente artificiosa, viciada ainda que por *santas* intenções, e que, por nublado e desordenar o processo real, incapacita para a extração das efetivas e mais férteis e vigorosas consequências políticas que o processo contém com riqueza singular.”⁴¹

É avançando nos reais significados afirmou: “Ademais, as greves não resultaram apenas na liquidação prática da lei antigreve. Elas abriram fogo cerrado contra o arrocho, já arrancaram vitórias ponderáveis e estimulantes neste campo, *perspectivaram a inviabilidade* da política salarial do sistema e *puseram no horizonte a queda* da política econômica vigente.”⁴²

Premidos pela rudeza e precariedade material, cuja motivação fundante era, como vimos, de raiz econômica, as Greves de Maio assumiram outra nítida dimensão política: o seu *próprio fazer-se constituiu-se numa vitória política da classe operária*. Era o reparcimento pujante o coletivo de uma classe após anos de opressão e resistência.

Essa dialeticidade (causalidade econômica e significação política) presente nas Greves de Maio, em contraposição à vulgarização que comumente se incorre quando são temati-

41. Chasin, J., “As Máquinas Param...”, Revista *Ensaio* n.º 7, op. cit., p. 116

42. Id. *Ibid.*, p. 121.

zados estes eventos,⁴³ foi apontada também pela liderança operária que então se consolidava: "Eu acho que o econômico e o político são dois fatores que a gente não pode desvincular um do outro. São duas coisas muito interligadas. Em consequência, acredito que o resultado da greve foi político. Seria mentiroso da minha parte dizer que o movimento foi de cunho econômico. Da mesma forma seria enganoso da minha parte dizer que a classe trabalhadora vai fazer uma greve eminentemente política, sem nenhuma reivindicação. A luta que aconteceu no ABC foi por salário, mas a classe operária, ao brigar por salários teve um resultado político na sua movimentação."⁴⁴

Apesar desta significação, estas greves herdaram uma dimensão *defensiva*: ocorreram em situações de desfavorabilidade econômica, e visaram à reposição de perdas salariais. Mas também, no confronto que realizaram com a política salarial da autocracia, apontaram uma tendência *ofensiva*, que se consolidou com a Greve Geral metalúrgica de 1979.

Em sua efetividade, as Greves de Maio tiveram um claro caráter *espontâneo*: sua lógica foi ditada pela dura realidade do cotidiano operário, não contando com uma *direção consciente*. Os depoimentos que transcrevemos mostraram como a paralisação foi a única alternativa encontrada pela espontaneidade operária, depois de inúmeras tentativas pelas vias burocrático-legais de obtenção de melhores condições de trabalho e salário. Tudo isso realizou-se sem ideiação prévia e consciente, encontrando sua viabilidade pura e simplesmente na realidade concreta e cotidiana do mundo fabril, marcada pela intensidade da exploração do trabalho, bem como pela repulsa e rebeldia dos operários a esta situação.⁴⁵ Encontradas as reivindicações básicas pelos operários nas respectivas fábricas, as Greves de Maio tiveram seu curso definido e redefinido pelas assembleias realizadas nas próprias fábricas onde, apesar da constante presença dos dirigentes sindicais,

43. Um tratamento mais aprofundado acerca das categorias fundametais, presentes nos processos efetivos das greves, encontra-se no item *A* *Didática das Formas da Greve*, que consta da Conclusão deste trabalho.

44. Conforme depoimento de Lula in *História Inedita* 2, op. cit., p. 56. Híctos, não estiveram presentes nas Greves de Maio porque, de um lado, herdavam uma desorganização resultante das condições de repressão e, de outro, *principalmente*, pela vigência em seu seio de concepções políticas cujos eixos não priorizavam a temática do mundo fabril.

não havia uma teleologia consciente e previamente definida, com objetivos e trajetórias a serem percorridos com vistas à consecução das finalidades estabelecidas e que, em função do entendimento claro da contextualização econômica, social e política, sofreriam reavaliações constantes, a cada evento novo. Ao contrário, frente à inexistência dessa prévia ideiação, os eventos cotidianos conduziam o movimento e geravam definições e definições. Daí as múltiplas situações de debilidade vividas, e que em alguns casos acabaram por impedir a continuidade ou a retomada do movimento grevista, como foi o exemplo já mencionado da Scania, que após acertar um acordo com o Sindicato operário não o homologou, desagrando e trazendo até alguma desconfiança dos operários para com a direção sindical.

Os depoimentos a seguir corroboram essa dimensão espontânea presente nas Greves de Maio: "Esses são movimentos espontâneos que nasceram da necessidade que o trabalhador tem de respirar". Ou, conforme depoimento que obtivemos: "... a greve de 78 não foi em primeiro lugar, uma orientação centralizada que partiu de alguém assim: 'Vocês vão fazer greve'. Acho que foi a primeira reação que teve o conjunto da classe de fazer greve. Aqueles que tinham trabalho dentro da fábrica tentaram organizá-la."⁴⁶ Da mesma forma manifestou-se o Sindicato operário: "A paralisação é fruto das dificuldades enfrentadas pela classe operária e da intransigência que temos encontrado no seio da classe patronal.

As paralisações têm sido espontâneas e atrás delas não há qualquer esquema ideológico ou político."⁴⁷

Concepção reafirmada em um balanço de um operário metalúrgico da indústria automobilística: "Na posse da direção Lula faz um agiatrio discurso dizendo que havia acabado o diálogo... É questão de dias e mais uma greve paralisa toda a Scania e se alastra incontrolavelmente, com as mesmas características da Scania, por todas as grandes fábricas da

46. Respetivamente, Lula em depoimento à *Folha de S. Paulo*, 14/05/78 e Osmar Mendonça em *O Arco do trem*..., op. cit., p. 65. Ver também o depoimento do operário J. Marcos (Melão), da Schuller, onde também parece limpidamente a espontaneidade da greve naquela fábrica. *Ibid.*, pp. 42/44. Ver ainda depoimentos de operários da Mercedes, Scania, Ford e Chrysler no *ABCD Jornal*, n.º 18, julho de 78, pp. 4/5.

47. Nota oficial do sindicato dos metalúrgicos in *Tribuna Metalúrgica*, n.º 46, op. cit., p. 10.

região, chegando a Santo André onde paralisa quase toda a região. O movimento é espontâneo, entendido todo esse quadro anterior. É espontâneo porque ninguém assume a sua direção, porque não havia anteriormente nenhuma comissão de fábrica em seu sentido mais formal.”⁴⁸

Resultantes da própria necessidade e instinto de sobrevivência operária, as Greves de Maio floresceram e viveram seu curso no leito da espontaneidade. O próprio Sindicato dos trabalhadores, em que pese a campanha de conscientização desenvolvida a partir de meados da década de setenta, surpreendeu-se com a eclosão do movimento grevista, tendo vivenciado momentos de extrema dificuldade, dados pela sua inexperiência em participar de movimentos daquela amplitude. A ação da direção sindical foi mais no sentido de *repreensão* do movimento grevista nas fábricas, quando solicitada pelos trabalhadores (e em alguns casos pelo próprio patronato, com o objetivo de buscar canais de negociação). No momento inicial, quando da eclosão das primeiras greves, o Sindicato atuou inclusive mais como *intermediação* entre o operariado e a direção fabril. Com a expansão das Greves por fábrica — tendo em vista, de um lado, a confiança que o Sindicato gozava junto à massa operária e, de outro, o reconhecimento dos erros cometidos em algumas negociações⁴⁹

48. “As greves do ABC”, cit. por Frederico, C., *A Vanguarda Operária...*, op. cit., pp. 122/123.

49. Por algumas vezes o Sindicato chegou, como vimos, anteriormente, a propor a volta ao trabalho, sem que houvesse uma resposta definitiva das empresas. Isso ocorreu na Greve da Scania conforme o depoimento de Lúlia: “Com três dias de greve, fui na Scania e praticamente fiz um acordo e sai de lá otimista, quer dizer, a Scania tinha aceite quase tudo o que foi pedido, só faltando assinar o acordo na DRT. Houve uma assembleia dentro da fábrica com todos os trabalhadores que estavam parados, e eu expliquei o que faltava ser feito e pedi para o pessoal voltar a trabalhar. Acontece que fomos na DRT, as indústrias automobilísticas tinham se reunido e não permitiram que o acordo fosse assinado. (...) Foi uma coisa muito ruim porque os trabalhadores... acharam que nós os enganamos”. Conforme Lúlia: *Retrato...*, op. cit., p. 17. Algo semelhante sucedeu na greve da Mercedes: “Nesta altura a gente estava já em negociação [...] e outra vez entramos bem. Nessa eu não apareci, foram o Djalma e o dr. Maurício, que negociaram e diante da proposta da empresa acabaram pedindo pro pessoal voltar a trabalhar. (...) Mais uma vez o acordo feito não foi cumprido e o negócio ficou ruim, a nossa salvação é que a Ford tinha acabado os conseguindo 11% dos 15% que a gente reivindicava”. *Ibid.*, p. 18. Ver também depoimento de um operário da Scania em *ABCD Jornal*, n.º 18, op. cit., p. 4. Na fábrica Schuller também ocorreu algo

— a direção sindical percebeu que não poderia continuar como *mera intermediária, mediadora*, e assumiu então o papel de *representante* dos trabalhadores, desde que por eles solicitada, e chegou inclusive a efetivar, como vimos, uma contratação coletiva de trabalho com o Sindicato patronal, válida para expressiva parcela da categoria.⁵⁰

Atendo-se o Sindicato operário ao papel de representante dos trabalhadores nas negociações, as Greves de Maio, além de não serem conscientemente dirigidas, foram carentes também no plano organizacional. Os depoimentos que transcrevemos anteriormente mostraram que a preparação orgânica das greves também resultou da espontaneidade operária. Havia uma cautela natural e mesmo um receio nos elementos que compunham esse novo segmento operário e suas lideranças, reflexo da inexperiência em participar de eventos grevistas, bem como do temor de que pudessem sofrer uma ação repressora, tanto do patronato quanto dos aparatos estatais.

similar: o Sindicato foi chamado nas negociações e, após realizar um acordo prévio com a direção da empresa, propôs a volta ao trabalho, até que fosse formulada em definitivo a proposta patronal. É interessante o depoimento de um operário grevista: “O cara do Sindicato levantou e falou o seguinte: ‘Então, tudo bem. Vamos lá, todo mundo trabalhar.’ Daí dei um grito: ‘Não, ninguém vai voltar ao trabalho, a gente vai esperar parado.’ Foi um rebu. Se não me engano, o Rubens, o diretor do sindicato, colocou que não podia, que era contra a lei, que a gente não podia fazer isso. O pessoal todo ficou sem pai nem mãe, estava tudo lascado.” (Depoimento de Melão, in *O Arrocho...*, op. cit., p. 43)

50. Os depoimentos das lideranças sindicais confirmaram essa participação sindical: “Durante a greve, sempre que o trabalhador precisou do sindicato ele compareceu, negociando em nome do trabalhador. Agora em relação aos que achavam que o sindicato deveria ter comandado a greve, essa é uma opinião que eu respeito, mas entre o comando e o que é possível, eu prefiro ficar com o possível”. Conforme Lúlia, *ABCD Jornal*, n.º 17, op. cit., p. 7. Ou, como em outro depoimento: “Apesar de o sindicato não ter decretado a greve, ele procurou levar mensagens ao trabalhador, fazendo com que ele sentisse a necessidade de chegar às paralisações... Todas as vezes em que o trabalhador precisou do sindicato, ele compareceu negociando em nome do trabalhador”. Conforme Lúlia, depoimento à *Folha de S. Paulo*, 4/6/78.

51. É indicativo desta formulação mais este depoimento: “A organização não foi tão grande como devia. Teve muito furo, mas no geral até que foi positiva. De qualquer jeito, a coisa estava esquentando bastante e, para comprovar isso, bastava entrar no banheiro e ver os cartazes que os companheiros colocavam nas portas. Era um tal de aparecer recorte de jornal falando de greves e cartazes dizendo: ‘Nós vamos parar.’” Depoimento de Araújo, operário da Constanta, in *História Imediata 2*, op. cit., p. 16.

Temia-se a reedição, dez anos depois, da carga repressiva desencadeada sobre os metalúrgicos de Osasco.

Essa processualidade — greves espontâneas, econômicas e políticas, parciais, de braços cruzados dentro das fábricas, sem piquetes, sem direção política, sem a presença ativa dos sindicatos na eclosão e mesmo definição dos rumos do movimento, sem a presença dos partidos, motivados pela necessidade fundante de sobrevivência e repúdio à superexploração do trabalho — tudo isso fez com que o patronato e o Estado bonapartista não conseguissem impedir o afloramento e a expansão da onda grevista que se desencadeou a partir de maio de 1978.⁵² A sua eclosão surpreendente acabou dificultando o desencadeamento da violência repressiva.

Uma onda grevista espontânea na sua gênese e processualidade, econômica e política, respectivamente na sua motivação e significados; parcial na sua eclosão por fábrica, porém com forte tendência generalizante; de resistência contra a superexploração do trabalho e defensiva na luta pela recuperação salarial, mas evada de um potencial de ofensividade no confronto com a política econômica vigente; vitoriosa, material e politicamente, qualquer que seja a ótica de sua visualização. O ato de fazer greve já era, em si, uma estupefada vitória. Era o ressurgir vigoroso e pujante do movimento grevista, em letargia havia muitos anos. Nascida de paralisações parciais, por empresa, abalou direta e imediatamente todo o ramo metalúrgico, incentivando o irromper de greves nas mais distintas categorias de assalariados. Objetivando uma conquista material, logrou efetivá-la depois de muitos anos de parcos índices de aumentos salariais. Foi, desde seu início, marcada pela *aproximação* e mesmo *identificação* de interesses entre o proletariado qualificado e o não-qualificado, tendo sido acentuada a ação deste último segmento; estabeleceu, para o operariado da indústria automobilística, uma convenção coletiva de trabalho, sem a presença do Estado; desencadeou, ainda que *embrionariamente*, uma luta contra a for-

52. Segundo pesquisa de Laís Abramo, de maio a setembro de 1978, 200 mil operários paralisaram suas atividades, sendo 150 mil metalúrgicos do Estado de São Paulo. Dados citados por Maroni, A., *A Estratégia...*, op. cit., p. 128. Maria Hermínia T. de Almeida, em pesquisa realizada para o mesmo ano, *fala em um total de 137 greves, sendo 104 desencadeadas por trabalhadores industriais; 8 por trabalhadores da construção civil; 13 por trabalhadores de base em serviços; 8 por assalariados de camadas médias e 4 por outros não-assalariados.* Ver Almeida, M. H. T. de, *O Sindicalismo Brasileiro...*, op. cit., p. 204.

ma de coerção do trabalho e o despotismo no mundo fabril, propiciou uma luta inicial contra a superestrutura jurídico-política repressiva do Estado ditatorial (Lei de greve, proibição de ação política dos sindicatos etc.) e iniciou a denúncia e a luta contra a política econômica fundada na superexploração do trabalho, na simbiose extenuante e intensificada das formas absoluta e relativa de extração do sobretrabalho, embora não questionasse diretamente o *modo de produção* e a expropriação dessa mais-valia. Tendo como causalidade fundante a precariedade das condições de salário e trabalho, assumiu desde logo nítida dimensão política, ao confrontar a base material do próprio poder político. Desnudou o processo excludente e autocrático da auto-reforma do regime e mostrou os imensos limites do liberalismo oposicionista parlamentar, incapaz de incorporar as reivindicações oriundas do mundo fabril. Apontou o atraso político dos partidos e aflorou a importância política do movimento sindical. Se ainda muito havia que avançar no plano político e ideológico — visto que se tratava de um movimento espontâneo, desprovido de independência teórica e ideológica, e portanto carente de uma direção consciente — o agente capaz de fazê-lo já estava em cena, de maneira irreversível. Esta a dialeticidade presente nas Greves metalúrgicas do ABC.

Quanto aos possíveis ganhos no plano da *consciência real, empírica, espontânea*, adquiridos no curso das Greves de Maio de 1978, podemos dizer que estes foram significativos, ainda que se tenha claro, enfatize-se, que estes ganhos encontram sua limitação no fato de que a ação operária não tenha transcendido o plano da espontaneidade. Se não é possível afirmar, por isso, que essa greve propiciou um salto qualitativo que possibilitasse a *superação* da consciência em si, contingencial — pois, para tanto, seria necessário que nas greves metalúrgicas as lideranças tivessem pautado sua ação teleológica com componentes nitidamente conscientes — é necessário reconhecer que houve avanço no plano da consciência *espontânea* do proletariado metalúrgico. Isto transparece quando se constatam os novos elementos adquiridos durante a processualidade da greve; a apreensão, pelo conjunto do proletariado metalúrgico, da importância da sua reemergência social e política como sujeito, bem como a percepção da vitória das greves, são exemplos de elementos importantes incorporados e assimilados pela subjetividade operária no curso da sua ação espontânea.

As Greves de Maio de 1978, desencadeadas pelo operariado da indústria automobilística, significaram, em síntese, o reaparecer do proletariado na cena política. E constituíram-se, por isso, nos eventos mais expressivos e alentadores da história operária brasileira recente. A greve geral metalúrgica desencadeada em 1979 confirmou esta expectativa, como veremos a seguir.

CAPÍTULO II

O Confronto Operário: das Greves por Fábricas à Greve Geral Metalúrgica de Março de 1979

"Que essa greve sirva de demonstração para os patrões nunca mais duvidarem da classe trabalhadora. Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores."
(Lula, 27 de março de 1979, na Assembleia Geral Metalúrgica no Estádio de Vila Euclides.)

Antecedentes: a Preparação da Campanha Salarial

Após a realização do acordo coletivo celebrado entre o patronato e o operariado vinculado à indústria metalúrgica do ABC — que contemplava o ramo automobilístico — houve, ao longo do segundo semestre de 1978, a eclosão de várias greves por empresas, especialmente em São Bernardo, visando a generalização daquele acordo para o conjunto da categoria metalúrgica. Paralelamente, o patronato iniciou um processo crescente de demissão de trabalhadores¹ e, anteven-

1. "Volkswagen, Villares, Scania, Resil, Carfiz e Conforja são apenas

do a eclosão de um novo confronto na indústria automobilística, na época da efetivação da campanha salarial de 1979, intensificou sua ação preventiva, de que foi exemplo a circular da FIESP, contendo instruções para o enfrentamento das greves. Neste documento sugeria-se que as empresas não passassem as horas paralisadas, bem como, em caso de greve, impedissem os trabalhadores de permanecerem dentro das fábricas, criando, ante a presença dos operários em praça pública, a inevitabilidade da ação repressiva policial?

Ainda no final de 1978 presenciou-se, dentro desse quadro de animosidade entre o patronato e o operariado metalúrgico, a eclosão de greves na Villares e na Resil que, pelos seus desdobramentos, foram significativos para a condução do movimento grevista de 1979. Na Villares o movimento foi deflagrado no início de dezembro, em solidariedade a um operário demitido depois de ter sofrido agressão da chefia da seção de frezadores. Com a paralisação, a direção da empresa iniciou um processo de demissões em massa, atingindo inclusive a comissão de trabalhadores existente. Após alguns dias de paralisação, e com a intensificação da repressão e aumento das demissões, houve a volta ao trabalho, configurando-se uma derrota dos trabalhadores.³

Já a greve na Resil teve resultado distinto. Reivindicando um aumento salarial de 30%, os trabalhadores, ante a negativa patronal, iniciaram a paralisação do trabalho. A empresa, seguindo a sugestão da FIESP, efetivou demissões e impediu a permanência dos grevistas dentro da fábrica. Em vista disso, os operários passaram a se reunir no Sindicato. No oitavo dia de greve, os trabalhadores, temendo o esvaziamento do movimento, visto que a empresa contratava operários para a substituição dos grevistas, realizaram, em frente ao portão da fábrica, um enorme piquete chamado de "corrente de

trabalhadores" que impediu a entrada para o seu interior e fez recuar a direção da Resil, que se viu obrigada a chamar Lula para negociar. O resultado foi vitorioso para os trabalhadores, tanto no plano material quanto no plano político-organizacional.⁴ Conforme o depoimento de um militante sindical: "A última greve de 78 ocorreu em dezembro na Resil, que aplicou todas as instruções da FIESP, impedindo assim a realização da greve dentro da fábrica. O que restava fazer? Fazer greve lá fora, o que exigia outro tipo de coisa. (...) Então a gente fez o piquete e a greve funcionou."⁵

Esta paralisação antecipou aqueles que se constituiriam nos instrumentais cotidianos da Greve Geral: os piquetes e as assembleias gerais fora das fábricas. "Se a greve da Villares serviu para mostrar não ser mais possível greve nos moldes das de 1978, a da Resil irá indicar-lhes a 'nova tática' a ser adotada em 1979, como, por exemplo, a greve fora da fábrica, o piquete, as assembleias diárias, etc."⁶

Foi neste contexto de aguçamento das relações entre o proletariado metalúrgico e o patronato, que a entidade sindical preparou-se para o embate que caracterizou a campanha salarial de 1979. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo vinha realizando, em conformidade com as resoluções de seu III Congresso, reuniões de operários por empresas, objetivando suprir uma séria lacuna do movimento sindical brasileiro, ou seja, sua ausência dentro das fábricas. Ao mesmo tempo em que a direção sindical inteirava-se do cotidiano fabril, a massa operária também aumentava a

4. O aumento obtido foi de 15% para a faixa de 1 a 3 salários mínimos; 11% para a faixa de 3 a 6 s.m.; 7% para a faixa de 6 a 10 s.m., além do aumento do piso salarial e prêmio no início do ano.

5. Depoimento de Emilson S. de Moura (Alemao) in "O Arrocho...", op. cit., pp. 64-65. Ou conforme outro depoimento: "... esta greve não foi uma greve que tenha sido bolada, foi resultado de uma série de experiências... o patrão estava pondo o pessoal prá fora, como também contratando gente prá substituir aquela mão-de-obra. O pessoal da Resil não é de grande especialização, tirando os 12 ferramenteiros, o restante é tudo mão-de-obra comum, de fácil substituição. Então os operários da Resil em assembleia dentro do Sindicato... decidiram: 'A gente tem que ir lá, porque a fábrica está contratando gente.' Aí surgiu o piquete, que na época era chamado de corrente do trabalhador, corrente prá frente. Não se queria falar na palavra piquete. Mas na verdade foi o que nós já conhecíamos de outras épocas." Depoimento de Osmar Mendonça (Osmarzinho), *Ibid.*, p. 66.

6. Vargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutias Operárias...*, op. cit., p. 116.

algumas fábricas que estão usando a perseguição e as demissões como arma contra a organização dos trabalhadores." Conforme *ABCD Journal*, dezembro de 1978, p. 4. O caso da Volkswagen foi o mais extremo, onde vários operários foram demitidos simplesmente porque participaram do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. *Ibid.*, p. 4.

2. Sugeria-se ainda a demissão de certo número de grevistas, pois isso criaria "insegurança no pessoal". "Geralmente após essa prática ou os empregados ou o Sindicato pediram a suspensão das dispensas, propondo a volta ao trabalho." Circular da FIESP in *Tribuna Metalúrgica*, n.º 49, novembro de 1978, p. 1.

3. Dados extraídos de *ABCD Journal*, dezembro de 1978, p. 4 e *Folha de São Paulo*, 5/12, 7/12 e 8/12/78.

sua participação na vida sindical.⁷ Foi nesta articulação sindicato/fábrica que foram nascendo as principais reivindicações presentes na pauta que motivou a campanha salarial de 1979.⁸ Em fins de janeiro, os sindicatos metalúrgicos do Estado estabeleceram, entre outras, suas reivindicações básicas: 34,1% de aumento salarial acima do índice oficial (para repor perdas salariais); piso salarial igual a 3 salários mínimos; vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, de abril até outubro de 1979, para que pudesse coincidir com a data-base dos metalúrgicos da capital, Osasco e Guarulhos; reconhecimento e estabilidade para os delegados sindicais (1 para cada grupo de 500 trabalhadores); redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; reajustes trimestrais.

Com a aproximação da data-base válida para o ABC, intensificou-se a precaução do patronato, temeroso de novo surto grevista. Uma circular confidencial do SIMESP (Sindicato da Indústria de Máquinas do Estado de São Paulo) propôs que se evitasse qualquer negociação ou acordo direto com os operários e que as negociações deveriam ser realizadas pela entidade representativa da categoria econômica à qual pertencesse a indústria. Outra circular sugeria o aumento de estoque das empresas, o aumento do controle dos chefes sobre os trabalhadores e a recorrência à "guarnição policial para permanecer de prontidão" em caso de "perigo iminente".⁹ O Sindicato operário de São Bernardo respondeu, dando orientação aos trabalhadores para que não fizessem horas-extras, evitando com isso o aumento de produção, bem como tomassem cuidado com os chefes, feitores, supervisores, etc.¹⁰

Porém uma vez mais patenteava-se a diversidade da representação sindical da categoria metalúrgica do Estado de

7. Conforme o depoimento do operário Melão: "O sindicato assumiu essa questão de reuniões por fábricas, fez boletins, jogou nas bases. Começou um clima de agitação e o trabalhador começou a se interessar mais." In "O arrocho..." op. cit., p. 44.

8. Essa pauta seguiu também as indicações do Congresso Estadual dos metalúrgicos, realizado em Lins, que decidiu pela unificação dos 34 sindicatos do Estado, visando a realização de "uma campanha salarial unitária com um único índice mínimo de reajuste salarial para toda a categoria metalúrgica e numa única data-base". Conforme *Folha de São Paulo*, 24/01/79.

9. Conforme *O Estado de S. Paulo*, 01/02/79.

10. Conforme folheto assinado pela diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo e Diadema.

São Paulo, bem como a impossibilidade de realização de uma campanha efetivamente unitária: enquanto os metalúrgicos do ABC — especialmente São Bernardo — intensificavam suas assembleias de massas, preparando-se para uma situação que se encaminhava para o confronto, a Federação dos Metalúrgicos tratava de obter as procurações dos sindicatos, que a autorizavam a fazer um acordo válido para toda a categoria. A discordância em assinar este documento foi o episódio que levou à separação, desencadeada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, que não aceitava sujeitar-se à atuação conciliadora da Federação. Na verdade estava-se à frente de duas práticas de atuação sindical bastante distintas.¹¹

Diante da intransigência patronal, a Federação aceitou a proposta da FIESP, validando-a para 29 sindicatos do interior; não assinaram o acordo os sindicatos do ABC, de Santa Bárbara D'Oeste e Santos.¹² Ainda que estes índices fossem considerados razoáveis pelos sindicatos do interior, não o foram para o ABC, pois incidiam sobre os salários de abril de 1978, *desconsiderando* portanto os 11% obtidos nas Greves de Maio de 1978, bem como as antecipações do segundo semestre daquele ano. Como as Greves de 1978 ocorreram com muito menor intensidade no interior — e, portanto, aqueles metalúrgicos não tinham obtido nenhum aumento real que pudesse ser alvo de desconto — estes teriam um índice superior ao oficial, o que não aconteceria com os operários da indústria automobilística do ABC.¹³ Depois de percorrer mais

11. A Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo estava sob comando de Argeu Egrido dos Santos, expressão clássica da burocracia sindical atrelada e subserviente ao Estado. Uma vez mais os sindicatos do ABC — contando posteriormente com a adesão de outras entidades — sob a liderança de Lula, optaram por uma campanha autônoma, em separado da Federação. "Todo sindicato deve lutar pela sua autonomia, pelo direito de autodeeterminação [...] Em nenhum momento podemos pensar que a nossa unidade está vinculada a uma procuração [...] A unidade não é sinônimo de homogeneidade [...] Nós temos que ter claro que somos diferentes, que nem sempre temos a mesma posição, mas que, neste momento, estamos unidos por uma pauta com 22 reivindicações aprovada pelos 34 sindicatos do interior." Conforme Lula, *Folha de S. Paulo*, 08/03/79.

12. Este acordo estabelecia os seguintes índices: 63% para quem ganhava de 1 a 3 salários mínimos; 57% de 3 a 10 salários mínimos e 44% para quem recebe acima de 10 salários mínimos. As demais reivindicações mencionadas anteriormente não foram atendidas pelo patronato.

13. Conforme o depoimento de Lula: "Não podemos criticar os companheiros que firmaram o acordo, uma vez que para os sindicatos do

-de 80 horas de negociações com o patronato, àquele contingente só restava desencadear um movimento para o qual já vinha se preparando havia algum tempo: a greve geral metálgica. Esta ocorreu a partir de 13 de março, em pleno trânsito do governo do general Geisel para o do general Figueiredo e, ao longo de quinze dias, expressou um momento pujante.

Os 15 Dias de Confronto: o Significado da Greve Geral Metalúrgica de 1979

Em função das experiências anteriores — como as Greves de Maio e as paralisações que se sucederam ao longo do segundo semestre de 1978 — a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo preparou-se para a nova situação: intensificou o trabalho sindical junto às fábricas e programou a realização de grandes assembleias no Sindicato. Foi estruturada uma comissão de salários que teve papel importante, junto com a direção sindical, na preparação e organização da Greve Geral Metalúrgica.¹⁴

Em assembleia realizada no Sindicato, no dia 12 de março, a categoria reiterou a decisão das assembleias anteriores, de paralisação das atividades, tendo em vista a negatividade da proposta patronal. Apesar de todo o trabalho sindical na preparação das condições que levariam à deflagração do movimento, mais uma vez sua eclosão foi caracterizada por alta dose de espontaneidade. O depoimento seguinte confirma esta formulação: "O sindicato não decretou a greve, mas esta foi decretada por uma assembleia que houve numa segunda-feira. Antes de o pessoal do sindicato falar em greve, um pessoal já estava gritando por greve geral. A ameaça existia,

interior a negociação deste ano foi uma vitória." E referindo-se à especificidade do ABC disse que "a nossa reivindicação, cujo ponto mais importante é hoje o delegado sindical, não tem o mesmo peso para os sindicatos do Interior..." conforme Lula, *Folha de S. Paulo*, 13/03/79. Lembrese que cerca de 60% do operariado metalúrgico do ABC recebia mais de 3 salários mínimos, o que diminuiria ainda mais o índice de reajuste.

14. "Cada fábrica fazia reunião no Sindicato, escolhia o seu representante para a comissão de salário." Conforme depoimento, in "O Arraço", op. cit., p. 66.

mas ainda se esperava conseguir alguma coisa na mesa redonda que tinha na mesma segunda-feira." E acrescenta: "Eu fiquei na primeira noite de greve dentro do sindicato. As 11h30 chega o pessoal da Schuller parado, os caras tinham parado antes da hora marcada. Depois chega o pessoal da Brastemp, chega o pessoal da Villares, todo mundo querendo saber se a greve tinham sido decretada. Foram lá prá saber se a greve tinha sido decretada. Foram lá prá saber mas já tinham parado. Da meia-noite às 6 da manhã foram realizadas quatro assembleias. [...] Então a decisão [...] era não fazer piquete. [...] Mas, na verdade, até aquele momento esses operários não estavam acreditando muito em greve geral. Então eles alegavam: 'Olha nós temos que ir prá porta da fábrica, prá não deixar ninguém entrar'. Quem começou o piquete [...] foram os próprios operários que ficaram na porta da fábrica, deram-se os braços e não permitiram a ninguém entrar. (...) Então, eu acho que esse conjunto de coisas é que levou à greve geral."¹⁵

Deste modo, nas primeira horas do dia 13 de março, várias fábricas do ABC paralisaram suas atividades, tais como a Ford e a Volkswagen, sendo que nesta última formou-se um gigantesco piquete com milhares de trabalhadores, o que teve importância decisiva para o movimento grevista, tendo em vista a relevância desta fábrica para o conjunto da indústria automobilística.¹⁶ Neste mesmo dia realizou-se uma assembleia gigantesca em São Bernardo, com cerca de 60 mil operários, dando início à uma prática cotidiana de assembleias plebiscitárias com milhares de operários, onde constantemente eram avaliados e redefinidos os rumos do movimento.

15. *Ibid.*, pp. 66-67.

16. Segundo dados fornecidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, paralisaram, parcial ou totalmente, no primeiro dia de greve, as seguintes fábricas: Volkswagen, Mercedes-Benz, Ford, Brastemp, Equipamentos Villares, Karmann-Ghia, Schuller, Vulcanus, Asbrasil, Agripur, B. Grob, Frits-Moldu-Car, Metan, Motores Buffalo, FAF, Ferro Pegas Villares, Saab-Scania, Grits Metal, Polmatic, Metalúrgica IMEL, Rex Rooth, Rossi, Panex, Rolls-Royce, Gemer, Tri-Suri, Blindex, Colde-Trane, Revescar, Ardeb, Forjaria São Bernardo, Ibramef, Reno, Fabrini, John Graïne, Equipamentos Marc, Autometal, Oto Temps, Chrysler, Cia Brasileira de Lâmpadas, Motores Perkins, Sitzer-Weise e Tamet, totalizando cerca de 90 mil operários paralisados. Em Santo André, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos Local paralisaram, no primeiro dia, as seguintes empresas: Alcan, Bratbantit, Brosol, Colfap, Chrysler, Constantia, Cofferraz, Cleide, Cima, Condugel, C. Valles, Otis, Eluma,

Além do ABC paulista, algumas cidades do interior venceram a deflagração de greves, ainda que suas durações tenham sido bem menores.¹⁷ Foi, entretanto, na região industrial do ABC que a greve, em seu segundo dia de paralisação, expandiu-se significativamente, configurando-se desde logo sua dimensão generalizada. Frente à decretação da sua ilegalidade, Lula reafirmou, em Assembleia Geral, para cerca de 80 mil operários: "A greve pode ser considerada ilegal, porém ela é justa e legítima, pois sua ilegalidade é baseada em leis que não foram feitas por nós ou por nossos representantes."¹⁸

No quarto dia da greve, com cerca de 170 mil operários paralisados no ABC, o Ministério do Trabalho mandou apurar, através de sindicância, as denúncias de "incitação e infiltração nas greves".¹⁹ Ao que Lula respondeu, em assembleia geral dos trabalhadores de São Bernardo: "Nosso movimento é o movimento de 110 mil trabalhadores, sem nenhuma interferência de qualquer grupo, estranho à nossa categoria. Estamos reivindicando melhores salários, melhores condições de vida."²⁰

Perseguindo um acordo mais razoável para o operariado metalúrgico do ABC, a Greve Geral continuava contando com amplíssimo apoio popular. De outro lado, enrijecia-se a posição do capital e do seu poder político com o aumento da repressão nas empresas, como a negação em conceder "vales"

Fichet, General Electric, Gemmer, Hamico A Harvey Hubbell, Heral, IBRAPE, INFUSA, Kause, K. S. Pistões, L. N. Metais, Lanofix, Molins, Mili Montagem, M. São Justo, M. Corona, M.G., Norton, Pierre Saby, Phillips, Proton, Pollone, Pevira, Romi, Regina, Semar, Sanchez Blanes, Santo Antonio, Turin, Technatrig, Irma Cestari, Senda, Mause, Plasmetal, Tecnoestamp, NLF Hid. Valv., Fund. Santo André, Mapa, Dal Pino, Metal 2, Promold, Pedro Nevenhaus, Indaré, M.I. Pellicciotta, Inox, Met. Santo André, Maq. Santo André, totalizando 38.622 operários paralisados, cerca de 87% da categoria. Em São Caetano, segundo o Sindicato, cerca de 25 mil operários estavam em greve. Tinha-se notícia de que duas empresas — Metalsa e Metalúrgica Jades — não tinham aderido à paralisação no primeiro dia.

17. Ocorreram greves metalúrgicas em São José dos Campos, Caçapava, Jacareí, Jundiá, Campinas e Santa Bárbara D'Oeste, entre outras cidades. Conforme *Jornal da Tarde*, 15/03, *Folha de S. Paulo*, 15/03, *Diário de S. Paulo*, 15/03 e Prades, M. D. e Rago, M. A., "O Dia-a-Dia das Greves", in *Revista Ensaio* 7, op. cit., pp. 11 e ss.

18. *Folha de S. Paulo*, 15/03/79.

19. Evidenciava-se, então, a preparação de uma ação repressiva, por parte do Estado, que culminou, alguns dias depois, com a intervenção nos Sindicatos.

20. *Folha de S. Paulo*, 18/03/79.

aos trabalhadores, ameaça de demissão aos grevistas e contratação de substitutos, etc. Dos piquetes às assembleias plebiscitárias, tendo a presença e atuação da comissão de salários em íntima articulação com os quadros que compunham a direção sindical, buscava-se, em conformidade com a disposição espontânea da massa, criar condições capazes de diminuir a rigidez patronal e permitir a realização de um acordo contemplando as reivindicações básicas do operariado metalúrgico. Foi neste momento que se tornou premente prover-se o Sindicato e o operariado de um fundo de greve, capaz de suprir as necessidades materiais durante o período de permanência da Greve Geral. Iniciou-se uma campanha nacional de solidariedade, mediante a coleta de recursos financeiros e alimentos para os trabalhadores paralisados.

O movimento grevista atingia o seu décimo dia quando o Ministério do Trabalho propôs um "protocolo de intenções", que nada representava para os trabalhadores, se comparado ao patamar atingido nas negociações anteriores. Estabelecia a criação de uma comissão tripartite para estudar no prazo de 45 dias o índice de reajuste, a proibição de demissão aos grevistas e o pagamento das horas paradas a serem posteriormente descontadas em parcelas. O protocolo seria levado ao operariado e sua aprovação teria como resultante o imediato retorno ao trabalho.

As assembleias plebiscitárias rechaçaram a proposta de acordo: 80 mil operários no Estádio de Vila Euclides disseram não. E dirigiram-se em massa, para o Sindicato, após a assembleia, pois sabiam que a contrapartida desta decisão seria a intervenção em seu órgão de classe. Lula adiantou que se houvesse o afastamento ou prisão dos dirigentes, a comissão de salários assumiria o comando do movimento grevista. Em Santo André cerca de 30 mil operários repudiaram o protocolo e por unanimidade decidiram pela continuidade da greve; 6 mil operários fizeram o mesmo em São Caetano. A intervenção era iminente.²¹ Na noite de 23 de março ela foi decretada nos três Sindicatos operários do ABC paulista. Intensificou-se o confronto com o aparato repressivo do Estado. Era um momento

21. São Caetano era o pólo mais débil do movimento, pois o proletariado metalúrgico tinha no controle do Sindicato um dirigente, João Lins, moldado nos marcos do peleguismo, da subserviência, e da burocracia sindical atrelada e dependente do Estado, mas que, apesar disso, não tinha conseguido impedir a eclosão do movimento naquela localidade.

novo na contextualidade da Greve Geral, onde sua *paixão* e suas *lacunas* transpareciam de maneira límpida. E, para a massa operária do ABC, começava-se a desvendar o invólucro mítico do Estado "representante da sociedade" e transparecia seu vínculo indissolúvel com as classes dominantes (em particular, com a patronato ligado à indústria automobilística).

Ao contrário da previsão ditatorial, a intervenção no Sindicato acirrou o ânimo da massa operária e os dias imediatamente após aquele ato foram marcados por ameaças de confrontações abertas entre a massa operária e o aparato repressivo. Porém, as lacunas iminentes ao movimento evidenciaram-se a partir do momento em que a sua liderança principal se ausentou por 48 horas. Foram momentos extremamente tensos e com forte dose de imprevisibilidade. Na tarde que se seguiu ao ato de intervenção, cerca de 25 mil operários, de frente ao Paço municipal, fizeram uma manifestação e viveram a iminência de um confronto direto com a polícia.²²

Dentro deste novo quadro, a Igreja Matriz tornou-se o centro de reuniões dos dirigentes sindicais e da comissão de salários e passou a ser o *locus* político de discussão prévia entre os membros do comando de greve. Acentuou-se, a partir daí, o papel marcante da Igreja — particularmente da Pastoral Operária do ABC, dirigida por d. Cláudio Hummes — no apoio material e solidário aos operários grevistas.

A assembleia seguinte, realizada também no Paço Municipal, foi um momento agudo no curso da Greve Geral. Milhares de trabalhadores (cerca de 25 mil), ao mesmo tempo em que defendiam a continuidade da greve, clamavam pela presença de Lula. Foi um momento em que se evidenciou a ausência total de um comando ou liderança capaz de substituir a figura de Lula. Djalma Bom, a quem coube levar a palavra de ordem para a assembleia, percebeu a absoluta desorientação das massas, que exigiam a presença de Lula e a continuidade da Greve. A situação foi tão dramática que o próprio Djalma não conseguiu formular sua proposta com clareza.²³ Era uma sucessão incontrolável de oradores incapazes de dar um mínimo de organicidade e condução ao mo-

vimento grevista. Esse quadro patético fez com que vários líderes sindicais impusessem a Lula a absoluta e irreversível necessidade de retornar a liderança do movimento, única forma que se vislumbtava para que a massa não permanecesse totalmente desorientada.

O depoimento de Lula retrata este quadro de águia intensidade crítica: "Não sabíamos o que fazer (logo após a intervenção no Sindicato) e lá pelas 11 horas fui prá casa do meu sogro em Rudge Ramos... e havia pedido para os com-panheiros da diretoria comparecerem à assembleia que ia haver no Paço Municipal, mesmo que eles não pudessem falar. Mesmo que fosse prá ficar de longe vendo o que ia acontecer. Foi aí que começou a paulleira, a polícia começou a agredir pra valer. No sábado, houve outra assembleia onde o Djalma pediu para o pessoal ouvir, mas ninguém queria nem estava disposto a ouvir. Percebemos que o movimento sem direção ia degringolar, e muita gente ia tirar proveito disso. De repente os caras de Santo André vieram para São Bernardo tentar liderar a assembleia. Até o Agnaldo Timóteo apareceu e quis falar para os trabalhadores. Ainda no sábado à noite recebi a visita de alguns dirigentes sindicais, a Lélia Abramo, o Arnaldo Gonçalves, o Davi de Moraes, que disseram: 'Lula, a gente não sabe o que vai acontecer, mas você vai ter que voltar e assumir o movimento, pode ser que você assumna hoje e seja preso. Agora você vai ter que assumir'... No domingo a gente assumiu a greve, assumiu sabendo já por informação dos mais variados setores que a paulleira ia cair em cima dos piques."²⁴

Então, perante cerca de 20 mil trabalhadores, na Igreja Matriz, Lula e Benedito Marclício reassumiram a liderança da Greve Geral. Nas palavras do primeiro: "Eu e a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema assumimos de novo o comando do movimento. Só assim poderemos evitar orientações erradas, de pessoas estranhas. O risco é de começar a aparecer boleins de patrões como se fosse trabalhador. Cada um sabe o que fazer a partir de segunda-feira. Só não pode é aceitar provocação e entrar em confronto com a polícia. O movimento continua pacífico e

22. *Herre ainda neste dia uma tomada simbólica do Sindicato, efetivada por um conjunto expressivo de trabalhadores.*

23. "Companheiros, até parece que vocês estão me estranhando", disse quase em desespero o líder sindical, diante da impossibilidade de ser ouvido pelos operários, no dia 24 de março (sábado).

24. "Lula: Retrato...", op. cit., pp. 20-21. É conhecida a ação de Lélia Abramo que, com ênfase, disse a Lula que ele "estava se omitindo num momento em que a classe operária estava escrevendo a sua história." Conforme Bargas, O. e Rainho, L. F., *As lutas...*, op. cit., p. 140.

ordeiro. Se a gente voltar a trabalhar agora, nunca mais vamos levantar a cabeça.”²⁵

Reafirmou-se ainda a necessidade de manutenção da organização da greve, da ação dos piquetes, do não ingresso de operários nas fábricas, bem como de que o fim do movimento seria definido em assembleia geral plebiscitária.

O movimento grevista, entretanto, entrava em fase de re-lativo refluxo: na segunda-feira (26 de março), apesar da continuidade da paralisação, houve um retorno não desprezível ao trabalho, o que fez com que a direção sindical e a comissão de salário — o comando de greve — dadas as condições reais desfavoráveis, reavaliassem o movimento e visualizassem a impossibilidade do seu prosseguimento. Na assembleia geral de terça-feira, 15.º dia da greve, após outra nova avaliação do comando de greve, chegou-se a um acordo provisório com o patronato, que Lula e o comando levaram para aprovação nesta nova assembleia: os trabalhadores dariam uma trégua de 45 dias, período em que, através de novas negociações com o patronato, tentar-se-ia obter um índice salarial mais satisfatório do que aquele alcançado pelos metalúrgicos do interior; caso contrário, os metalúrgicos do ABC delatariam novamente a Greve Geral.²⁶ Ainda que não representasse nenhum ganho efetivo, diante da adversidade do quadro político que se consolidou após a intervenção, coube a Lula explicitar a proposta aos trabalhadores presentes na assembleia: “Vivemos hoje mais um momento histórico da classe trabalhadora. Vocês sabem perfeitamente que as regras do jogo se invertem de quinta-feira para cá. [...] A coisa se invertiu de tal forma que existem hoje três coisas fundamentais. [...] a primeira delas é a garantia da volta à normalidade do nosso sindicato [...]; existe outra coisa importante que é a reabertura das negociações [...].] porque temos 11% em jogo e não vamos abrir mão deles; e há outra coisa a ser feita, que é o pagamento dos dias em que estamos em greve. Nós

queremos receber nossos dias. É ponto de honra prá gente voltar a trabalhar. [...]”

Prá não dizerem que nós somos radicais, nós vamos aceitar o pedido do governo: a volta ao trabalho. E se não for cumprido o nosso pedido, nós paramos. E eu assumo o compromisso com vocês: eu mesmo decreto a greve outra vez.”²⁷

Apesar de esta proposta ter encontrado pólos de resistência na assembleia — pode-se dizer que ela se voltava contra a espontaneidade da massa ali presente que era favorável à continuidade da greve — foi, entretanto, aceita majoritariamente, pela confiança que os trabalhadores depositavam na figura de Lula.²⁸

O depoimento seguinte reflete a avaliação feita pelo comando de greve:

“Na medida em que a polícia começou a agredir violentamente, começou a haver um refluxo no movimento e alguns companheiros se afastaram. Eu usei piquete nessa greve e usei sempre que puder. Agora, quando num primeiro momento você faz uma assembleia com 100 mil pessoas e chega uma hora em que se tem 30 mil, é sinal de que a maioria não está mais participando, e disso é preciso estar consciente. E essa consciência eu tinha. Quando o patrão percebe que os trabalhadores estão voltando ao trabalho, a chance de negociar diminui bastante. Com a proibição de reunião no Paço eu tentava que a greve começasse a se esvaziar, porque o trabalhador não vai ficar na rua feito barata tonta tomando cacetada. Foi aí que a diretoria se reuniu e chegou à conclusão de que deveríamos ir para o Estádio de Vila Euclides e lá pedir a volta ao trabalho, dando um prazo para a negociação e ao mesmo tempo preparando a categoria para uma nova greve caso não houvesse acordo. Nós passamos 45 dias preparando os trabalhadores para uma guerra, não foi nem para uma greve, nunca se foi tanto à porta de fábrica como naqueles dias, nunca se distribuiu tanto material.”²⁹

25. Conforme jornal *Unidade Sindical*, 26/03/79.

26. O acordo estipulava: 45 dias de negociação onde se discutiria o índice de aumento (particularmente no que dizia respeito ao desconto ou não dos 11% obtidos nas Greves de Maio de 78), bem como o pagamento (ou não) dos dias paralisados; não punição aos trabalhadores durante 120 dias a contar de 26 de março e concordância verbal em restituir os Sindicatos aos trabalhadores. Conforme *Folha de S. Paulo*, 28/03/79; Prades, D. e Rago, M. A., “O dia-a-dia...”, op. cit., p. 28 e Bargas, O. e Rainho, L. F., *As lutas...*, op. cit., p. 144.

27. Discurso de Lula na Assembleia Geral de 27/março/1979, in Bargas, O. e Rainho, L. F., *As lutas...*, op. cit., pp. 227-229.

28. Em Santo André cerca de 4 mil pessoas aceitaram o acordo, em decisão que tomaram tendo conhecimento do resultado da assembleia de São Bernardo. Em São Caetano não houve assembleia e o retorno ao trabalho deu-se pela comunicação do Sindicato aos trabalhadores.

29. Lula: *Retrato...*, p. 21. Ou conforme balanço feito após a Greve Geral: “Quando nós paramos para dar os 45 dias eu tinha certeza — não porque a diretoria tinha-me dito, mas porque vários piqueteiros

Esses 45 dias converteram-se, concretamente, na preparação de uma *nova guerra*. O patronato não esperou um dia sequer para descumprir o acordo, demitindo em massa os trabalhadores.³⁰ A direção sindical, centralizando suas atividades na Igreja Matriz de São Bernarado, através do trabalho realizado nas portas das fábricas, orientava os trabalhadores para que paralisassem as atividades imediatamente após o anúncio de demissões.³¹ Quando as empresas, uma vez mais desconsiderando o acordo, descontaram dos salários os dias paralisados, os trabalhadores responderam com novas greves.³²

Esse quadro se acirrou ainda mais devido à posição intransigente dos representantes do patronato nas negociações, que se recusavam a aceitar um acordo mais favorável aos trabalhadores e tentavam impedir, desse modo, que o operariado metalúrgico do ABC lograsse obter uma vitória.

Foi com a realização do ato de 1.º de Maio, — que contou com a presença de mais de 130 mil trabalhadores e constituiu-se numa magnífica manifestação operária — ante a iminência de deflagração de uma nova greve geral, decorridos os

45 dias de "trégua", que o patronato reavaliou a condução que vinha imprimindo às negociações. Diante de milhares de trabalhadores, Lula reafirmou a importância da retomada da ação operária grevista, se um novo acordo não fosse celebrado: "pensaram que iriam acabar com o movimento do ABC intervindo no Sindicato, e se esqueceram de que o Sindicato não é o prédio, mas Sindicato é o trabalhador dentro da fábrica, é o trabalhador na praça. E os trabalhadores metalúrgicos do ABC sabem que nós demos uma trégua até o dia 13. [...] Porque, se não vier o nosso aumento, no dia 14 à zero hora o ABC entra em greve outra vez."³³

A 12 de Maio celebrou-se o acordo entre a FIESP e o operariado metalúrgico do ABC e este foi aprovado na assembleia plebiscitária de 13 de maio.³⁴ Evidenciava-se que, apesar de esse acordo³⁵ ser mais vantajoso do que aquele assinado pela Federação, era ainda bastante insatisfatório. Sua aprovação pela assembleia geral metalúrgica deveu-se, de um lado, à dificuldade de obtenção de algo mais favorável e, de outro, à priorização que passou a ser dada no sentido da recuperação do Sindicato pelos operários.³⁶

que estiveram nas portas das fábricas fazendo pesquisas afirmaram — que os trabalhadores não aguentavam mais dois dias de greve, que voltavam a trabalhar, não por medo, mas voltavam a trabalhar por cansaço, voltavam a trabalhar pelo sufoco. Na Mercedes-Benz, que era a empresa onde a greve estava mais forte, na segunda-feira 400 trabalhadores tinham furrado a greve. (...) naquela terça-feira tinha 1800 trabalhadores trabalhando dentro da Mercedes. Então, eu tinha duas opções: ou decretava a greve e depois de dois ou três dias nós voltávamos a trabalhar pelo cansaço, não pelo medo, ou parávamos realmente, com aquele campo cheio, voltando de cabeça erguida dentro da fábrica. Porque em São Caetano, como vocês sabem, e em Santo André, como vocês também sabem, pelo menos 70% dos trabalhadores já tinham voltado a trabalhar. E disse eu tinha consciência: eu tinha prometido a vocês aqui, e jamais falarei a verdade com vocês, que no dia em que eu entendesse que a vaca tinha ido p'ro brejo, com a mesma coragem com que eu vim aqui e fui aplaudido quando decretamos greve, eu me arriscaria a ser vaiado mas iria pedir prá vocês voltarem a trabalhar. E foi exatamente o que fiz." Discurso de Lula, em 26/03/79, na primeira assembleia realizada no Sindicato após o fim da intervenção, in Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutas...* op. cit., p. 244.

30. Ver *ABCD Jornal*, 23 a 29 de julho de 1979, pp. 6-7.

31. Foi o que ocorreu nas fábricas Abratec, Motores Butalo, Villares e Volkswagen. Conforme *Tríplice Mensalística*, n.º 51, junho de 1979, p. 12 e *ABCD Jornal*, 23 a 29 de junho de 1979, Op. cit., p. 7.

32. De que são exemplos as paralisações da Ford, Mercedes, Schuller e Chrysler, entre outras. Conforme *ABCD Jornal*, 16 a 22 de julho de 1979, p. 3 e depoimento de Osmarinho, in "O Arcocho..." p. 86.

33. Discurso de Lula, 1.º de Maio de 1979, no estádio de Vila Euclides, in Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutas...* op. cit., pp. 232-233.

34. O acordo estabeleceu os seguintes itens: 1) aumento de 63% para aqueles que recebiam até 10 salários mínimos (em março de 1979) sendo que esse índice seria aplicada sobre o salário de março de 1978 (acima de 10 s.m., o índice seria igual ao oficial, de 44%). Esse acordo teria validade para as empresas que concederam o reajuste médio de 11% extradiassídio. Para as demais os índices seriam os mesmos do acordo realizado para os sindicatos do interior; 2) haveria desconto de 50% dos dias paralisados, em cinco parcelas iguais e sucessivas a partir de 10 de junho. A outra metade das horas trabalhadas seria acertada diretamente entre os trabalhadores e as empresas. Os dias de paralisação não seriam computados para efeito de férias, 13.º salários e descanso semanal remunerado. Houve muita discussão, no seio do comando de greve, nos dias que antecederam a assinatura do acordo, sobre qual proposta seria levada para a assembleia geral. Havia certa polarização entre, de um lado, aqueles que eram favoráveis à aceitação do acordo e à não realização de uma greve, pretendendo assim garantir a retomada do Sindicato, e, de outro, aqueles que, ao contrário, defendiam a deflagração de uma greve geral por tempo determinado para obter, desse modo, a recondução dos dirigentes sindicais. Venceu a primeira proposta, que foi levada para os trabalhadores. Ver Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutas...* op. cit., pp. 153-156.

35. As informações sobre o acordo estão em Prades, M. D., e Rago, M. A., "O Dia-a-Dia..." op. cit., p. 32, *Folha de S. Paulo*, 12/5/79 e Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutas...* op. cit., p. 155.

36. Nesta mesma assembleia de 13 de maio, foi marcada para o dia 26 do mesmo mês a ocupação do Sindicato dos Metalúrgicos.

Desse modo dirigiu-se Lula aos trabalhadores: "Todo mundo viu, e eu posso garantir para vocês, que não foi um bom acordo. [...] Foi conseguido 6% a mais para 75% da nossa categoria que ganha de três a dez salários mínimos, que é o grosso do nosso trabalhador, ao contrário do interior, em que o grosso é de um a três salários mínimos. [...] Eu não vou pedir para os trabalhadores fazerem greve segunda-feira. E vou explicar por quê. Eu gostaria que vocês prestassem atenção numa coisa: de nada adianta a gente falar às vezes até contra aquilo que a gente está pensando. Uma greve amanhã representa uma derrota da classe trabalhadora. [...] nós não vamos ter mais campo prá nos reunir, não vamos mais ter sindicato e não vamos ter mais igreja. Nós vamos fazer uma greve de dois dias e depois de dois dias nós voltamos a trabalhar de cabeça baixa."³⁷

Dois dias depois o Sindicato foi devolvido aos trabalhadores. Findava a intervenção e as diretorias foram reconduzidas aos seus cargos. Além da retomada do Sindicato operário, novamente dirigido por suas lideranças, e além dos 6% obtidos a mais do que o acordo assinado pela Federação (para a faixa de 3 a 10 s.m.), a Greve Geral Metalúrgica possibilitou aos trabalhadores a percepção de que "patrões e governo são uma coisa só, pertencem à mesma classe, que pouco ou quase nada faz em benefício dos trabalhadores".³⁸ Lula enfatizou também que "apesar de os trabalhadores demonstrarem grande mobilização e organização, o movimento proporcionou a descoberta de algumas falhas: são pequenas mas que devemos corrigi-las. Nós temos que reforçar as nossas discussões dentro e fora das fábricas".³⁹

Nas fábricas, neste dia, o sentimento de vitória era muito mais visível do que na antevéspera, quando da realização da assembleia que decidiu pela aceitação do acordo.

Se as greves parciais de Maio de 1978, em sua concretude, feriam a base econômica do poder político e antepu-

nham-se à política salarial, a Greve Geral Metalúrgica de março de 1979 significou um passo substancial neste processo. Ao ferir a materialidade do ordenamento social, a Greve estampou, desde seu afloramento — apesar de sua reivindicação ater-se, em sua aparência, ao plano da imediatidade — sua nítida dimensão política. De maneira ainda mais acentuada do que nas greves de Maio do ano anterior, vivenciou-se em 1979 uma situação *declarada* de confronto entre o operariado metalúrgico, de um lado, e o capital e o seu Estado bonapartista, de outro.⁴⁰

Foi exatamente pelo fato de a efetivação da Greve contrapor-se ao pilar fundante da política econômica que o Estado reagiu duramente, procurando, num primeiro momento, utilizar-se do instrumental ideológico-persuasivo, para posteriormente descarregar sua dimensão marcadamente repressiva. Era insustentável para a política econômica então vigente aceitar um índice que rompesse com o "arrocho salarial".⁴¹ O poder político do capital tinha, também, plena consciência da repercussão que a Greve Geral Metalúrgica do ABC teria — como teve — para o conjunto dos assalariados. A dimensão política da Greve Geral foi reafirmada, também, por contrapor-se ao conjunto de medidas repressivas que cercavam a ação do proletariado. A lei restritiva do direito de greve foi uma vez mais desconsiderada, bem como também o foram os limites que impediam a ação dos sindicatos na deflagração e condução das greves.

Além do pequeno porém concreto ganho material, esta Greve Geral trouxe ganhos não desprezíveis no plano da consciência real do operariado metalúrgico. Este começou a descolinar o verdadeiro caráter do Estado ditatorial, seu indissolúvel vínculo com o capital monopolístico, bem como sua intrínseca dimensão repressiva, acionada sempre que necessário. Na particularidade da política brasileira, isso evidenciou

37. Discurso de Lula na Assembleia Geral de 13 de maio, in Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutas...*, op. cit., p. 236-237. Ver também "Lula: Retrato...", op. cit., pp. 19-22. Em São Bernardo cerca de 60 mil operários aprovaram o acordo, em Santo André cerca de 3 mil e em São Caetano, 500.

38. Lula, *Folha de S. Paulo*, 17/05/79.

39. *Ibid.* Ver também "Bilhete do João Ferrador", in *Tribuna Metalúrgica*, n.º 51, op. cit., p. 2.

40. "Quando os metalúrgicos do ABC, na primeira quinzena de março não aceitaram o acordo geral da categoria e apresentaram seus próprios índices de reajuste, não exigiram simplesmente o atendimento a uma reivindicação mais aguda, mas proclamaram objetivamente, quer o subssem ou não, a necessidade de liquidar a política econômica vigente". Conforme Chasin, J., "As máquinas param...", op. cit., p. 122.

41. *Por diversas vezes* Mário Henrique Simonsen e Murilo Macedo fizeram referência a um índice limítrofe, por volta de 60%, afirmando que para além disso, tornar-se-ia insustentável para a política econômica. Ver "Lula: Retrato...", op. cit., p. 21 e Chasin, J., "As máquinas param...", op. cit., p. 122.

que a política do recém-empossado general Figueiredo era transnuda e desmistificada, especialmente no que concerne ao discurso do "gradualismo democrático".

A vigorosa luta empreendida pela devolução dos organismos sindicais teve também, como resultante o aprendizado político, para as massas, da valorização da sua entidade classista bem como da necessidade de eliminar, radicalmente, quaisquer vínculos de dependência do Sindicato para com o Estado. A luta pelo sindicato plenamente livre, autônomo e democrático ganhou concretude maior. Foi a manifestação de repulsa dos trabalhadores, desde o ato ditatorial da intervenção até a última assembleia da Greve — quando se marcou data para a reconquista da entidade — que fez com que o Ministério do Trabalho recusasse e anulasse a intervenção. A repulsa ao despotismo presente nas relações de trabalho, embora ainda de maneira embrionária, exprime uma vez mais o cotidiano moldado pela opressão fabril.

Por tudo isso, a Greve Geral metalúrgica de 1979, configurou-se também em negável vitória para o movimento operário. Vitória parcial no plano das reivindicações materiais imediatas do operariado metalúrgico, que se não conseguiu outras importantes reivindicações — de que são exemplos a figura do delegado sindical e das comissões nas fábricas, como caminhos para o fortalecimento e organização do trabalho de base — obteve significativo tento político ao recuar os Sindicatos operários e restituí-los às respectivas diretorias. Vitória significativa quando se visualiza a perspectiva generalizante do movimento reivindicatório dos assalariados que, ganhando novo impulso (novamente como em Maio de 78) a partir do operariado do ABC, viu aumentar em intensidade a estrondosa onda grevista, de dimensões, contornos e conteúdos extremamente importantes.⁴²

De Maio de 1978 a Março de 1979, "da reemergência à afirmação, efetiva-se um processo alargador e de espessamento, [onde] é preciso destacar, como determinação fundamental, que, tomado no seu conjunto, este período de cerca

42. No ano de 1979 ocorreram 430 greves no país, abarcando as mais diversas categorias dos mais distintos estados. A seguir, retratamos sua extensão, mês a mês: janeiro, 06; fevereiro, 19; março, 49; abril, 48; maio, 45; junho, 20; julho, 27; agosto, 68; setembro, 47; outubro, 45; novembro, 35; dezembro, 21. Fonte: DIEESE, *Balanco Anual-Greves, Divulgação*, 3/80, p. 4. A *Tabella 1* mostra as greves ocorridas nos diferentes ramos industriais.

de um ano, em contraste com toda fase anterior, consubstancia um salto qualitativo: o da passagem da fase de *resistência democrática*, que caracteriza todo o período anterior a maio de 78, para a fase do *movimento democrático de massas* propriamente dito. Quando o ressurgimento das lutas operárias atinge a *afirmação*, de fato, de um *movimento democrático de massas*, diante do qual todas as ocorrências e manifestações oposicionistas anteriores se vêem convenientemente diminuídas, em seus caminhos e descaminhos.⁴³

Por tudo isso discordamos das interpretações que consideram a Greve Geral metalúrgica de 1979, em sua processualidade e desenlace, como um movimento desfavorável aos trabalhadores.⁴⁴

TABELA 1 — As greves na indústria, classificadas por categoria

Categorias	Número de greves		Distribuição do total das greves (%)
	Por categoria	Por empresa	
Metalúrgicos	30	61	9,1
Construção civil e mobiliário	20	12	32
Extrativas	6	1	7,0
Alimentação	5	11	7
Urbanas	3	16	9,0
Vestuário	2	2,0	1,5
Fiação e tecelagem	2	1	3
Artefatos de couro e plástico	1	4	4,0
Papel e papelão	1	3	4
Artefatos de borracha	—	—	1,5
Químicos e farmacêuticos	—	3	0,5
Gráficos	—	14	3
Vídeos e cristais	—	14	8,0
	—	1	0,5
	—	1	0,5
Total	70	113	183
			100,0

Fonte: *Ibid.*, p. 8.

Evidenciou-se a importância das greves deflagradas no ramo metalúrgico, responsável por 50% do total das greves nas indústrias, sendo que 30 foram paralisações que abarcaram toda categoria, e 61, por empresas. Se em 1978 aproximadamente meio milhão de trabalhadores paralisaram suas atividades, em 1979 atingiu-se a soma ex-cit., p. 18.

43. Conforme Chasin, J., "As Máquinas Param...", op. cit., p. 116.

44. Estas interpretações estiveram presentes em núcleos sindicais e de base, logo nos primeiros dias que se seguiram à aceitação da "régua" de 45 dias e, posteriormente, quando da aceitação do acordo. Em relação a este aspecto, Lula nos deu este depoimento: "Nós não víamos condições de continuar. Quando sofremos a intervenção, o pessoal co-

Quanto à forma de objetivação da Greve Geral metalúrgica podemos dizer que ela comporta semelhanças e diferenças com as Greves de Maio de 1978. Sua motivação essencial foi idêntica à anterior: *luta contra o arrocho salarial, contra a superexploração do trabalho*. Assumiu, porém, diversamente dos eventos de Maio, a conformação de uma *Greve Geral declarada*. *Econômica* na sua motivação inicial, *política* na sua significação mais profunda, a paralisação geral metalúrgica de 1979 permaneceu nos marcos de uma *greve espontânea*, sem a presença explícita de uma *direção consciente*. Lembra-se que no momento em que foi deflagrada não se tinha como certa sua dimensão *geral*, não se concebia como instrumental o uso dos piquetes⁴⁵ e, o que é mais importante, não se tinha nitido e claro os múltiplos condicionantes do quadro político presente, não havendo em decorrência disto, uma ação prévia no sentido de se obter um apoio político solidário de outras categorias de trabalhadores.⁴⁶ A singularidade da Greve Geral metalúrgica, no que

meçou a exigir muito da gente, nós fizemos uma reunião de diretoria e chegamos à conclusão de que não sabíamos o que ia acontecer daí pra frente. [...] Fomos para a assembleia e foi difícil de conduzir, nós estávamos com muitas incertezas. E foi a primeira vez que usei o respeito que a categoria tinha por mim: propus não que os trabalhadores aceitassem o acordo, mas que acatassem a minha decisão, que dessem um voto de confiança à diretoria. [...] Isso porque a diretoria não soube conduzir o processo para que todo mundo voltasse tranquilo." "Lula: Retrato...", op. cit., pp. 20-22. Avaliação semelhante a esta encontra-se em Bargas, O. e Rainho, L. F., *As Lutras...*, pp. 157-160. Ver, sobre este ponto, interpretação alternativa em Garcia, M. A., "São Bernardo. A (Auto) Construção de um movimento operário", in *Desvios 1*, Ano 1, novembro de 1982, pp. 17-19.

45. Penso que há certa confluência com o sentido da formulação de Humphrey quando afirma que "Do mesmo modo como foram explícitas as greves de 1978, quando as fábricas e grupos de operários envolveram-se ativamente nas paralisações, assim também em 1979 os acontecimentos tomaram caminhos imprevisíveis, mas não inexploráveis. O uso de piquete no primeiro dia não era parte dos planos originais do sindicato, mas claramente a Volkswagen era uma fábrica-chave." Humphrey, J., *Fazendo o Milagre...*, op. cit., p. 185.

46. A este respeito ver Chasin, J., *As Madúguas Paraná...* Em suas palavras: "Ao lado da admirável sensibilidade, compreensão e capacidade de liderança demonstrada quanto às necessidades e disposição de luta dos trabalhadores, manifestou-se, ao limite, certa dose de incompreensão do quadro político atual, bem como o desconhecimento das exigências de preparação e constituição dos ~~dispositivos~~ *sociais* de atuação que permitem avançar para embates de níveis mais amplos e agudos." E acrescenta: "O movimento revelou, por parte da liderança, ínfimo conhecimento das massas, sabendo, ademais, reconhecer, no momento exato, que ainda não sabia tudo sobre os caudais que con-

tange a este aspecto, está em que, apesar da sua dimensão *espontânea*, ela contou com a *liderança* ativa do Sindicato operário de São Bernardo e, em menor dimensão, o de Santo André.

Falamos, neste caso, em *liderança* e não *direção consciente*. A segunda é necessariamente uma superação qualitativa do espontâneo, uma vez que fundada na existência de uma orientação política cientificamente elaborada, enquanto a primeira pode-ateer aos marcos da espontaneidade e intuição das massas. cremos que foi neste plano que se objetivou e se processou a Greve Geral metalúrgica de 1979. A presença do Sindicato — e particularmente de Lula, expressão mais fortemente identificada e profundamente enraizada no contingente operário — foi constante, ainda que com ênfases distintas na preparação, deflagração e desfecho do movimento. Os limites desta forma de liderança foram estampados quando por quase 48 horas Lula ficou ausente do comando da greve — desde a sexta-feira, quando houve a intervenção, até a manhã de domingo, na Igreja Matriz, momento em que reassumiu o movimento. Vivenciou-se, então, uma *crise aguda de liderança e comando*, onde a massa operária explicitamente recusou e rechaçou a substituição da *persona* de Lula por um *comando de greve alternativo de feição coletiva*. O movimento que até então tinha sua dinâmica dada pela liderança personalizada e carismática que fielmente sintetizava e sistematizava as aspirações *espontâneas* das massas nas assembleias plebiscitárias, não encontrou um substituto capaz de ganhar a sua confiança. A volta de Lula foi exigida pelo operariado metalúrgico do ABC. Volta que ele próprio reconheceu como inevitável; volta de uma liderança que, fundada em fortes laços com a espontaneidade operária, e sem dela se descolar, reassumiu o movimento grevista suplantando a si-

duzia. Descobriu, no processo, as debilidades atuais destas, retomando e retecendo as formas de liderança.

Quanto à avaliação do momento em processo, viu-se surpreendido por resistências que não calculava, revelando limitações de entendimento, movendo francamente num plano político decisivo e delicado, quando supunha que mal feria a franja deste.

É preciso também referir que o movimento, à partida, não teve a percepção de que o fazia, já em condições limitadoras, pois avançava sem contar com possibilidades maiores de ver, nem mesmo setorialmente, o processo se ampliar e generalizar, precisamente o que mais demandava." *Ibid.*, pp. 119-120.

tução de caoticidade em que se encontrava naquele momento. Ocorreu, então, outro momento singularmente importante no movimento: foi quando Lula e o comando de greve decidiram aceitar a "trégua" de 45 dias. *Esboçou-se uma ação com elementos embrionários de direção consciente* em que a liderança propôs uma alternativa politicamente correta e necessária e que, entretanto, descolava-se daquilo pretendido pela massa operária, desejosa da continuidade da greve até que fosse obtido um acordo mais favorável. Em síntese, diríamos que este foi um raro momento em que a liderança esboçou a percepção da necessidade de *dirigir* o movimento grevista; sua teleologia ainda espontânea conseguiu vislumbrar, no leque de alternativas postas pela realidade, *aquela que configurava um avanço e uma vitória possível* para o movimento, mesmo que isso implicasse decisões que não estavam, num primeiro momento, no universo da intuição e disposição operária. Porém, este constituiu-se, como dissemos, num momento, num lampejo, insuficiente portanto para superar a dimensão *espontânea* presente em toda a processualidade da Greve e na atuação da liderança durante a paralisação metalúrgica de 1979.

Havia também uma dimensão orgânica presente no movimento grevista e que se manifestou sob forma diversa: na realização das exuberantes assembleias plebiscitárias com milhares de trabalhadores, na existência do Fundo de Greve, na realização de piquetes, na ação da comissão de salários que articulava a ação das lideranças com a base nas fábricas, na presença do Sindicato como instrumento de organização das massas e centralização do movimento, etc. Essa dimensão orgânica foi fortemente abalada quando houve a ausência de Lula — em contraste com a disposição das massas, que num primeiro momento tornou-se ainda mais intensa — e posteriormente retomada, quando as lideranças reassumiram o movimento.

Por tudo isso cremos ser possível, ao se transpor a aparência da Greve, vê-la como um movimento que contou com a ação organizacional do Sindicato, com a liderança inequívoca de Lula, mas lembrando que tudo isso deu-se ainda nos marcos da intuição operária. *Espontânea* em sua efetividade, com a presença ativa do Sindicato operário na sua preparação, desenvolvimento e continuidade, novamente sem a presença dos partidos na sua deflagração, condução ou comando, tendo na temática salarial sua causalidade fundante, assu-

mando desde logo nítida dimensão política, de confronto e ofensividade, pois voltava-se contra a raiz da política econômica baseada na superexploração da força de trabalho, a Greve Geral metalúrgica de março de 1979, quando vista numa perspectiva globalizante e da totalidade, constituiu-se numa *expressiva vitória* do movimento operário.

O aumento material obtido (ainda que bastante aquém do *quantum* reivindicado); a retomada dos sindicatos operários e a sua restituição às respectivas diretorias; a reafirmação do avanço político do movimento sindical, mostrando os limites do *politicismo* da ação parlamentar oposicionista;⁴⁷ a *vitória política* que se consolidou ao barrar o projeto-ideia... lizado pelo Estado ditatorial que visava desestruturar a espinha dorsal do movimento sindical e operário no Brasil;⁴⁸ o combate intenso à estrutura sindical atrelada ao Estado, objetivando a conquista da liberdade e autonomia sindicais; a organização do trabalho dentro das fábricas e a consequente luta contra a opressão, o despotismo e a dominação cotidiana do capital no mundo fabril; tudo isso permite caracterizar a Greve Geral metalúrgica de março de 1979 como um momento privilegiado da ação operária brasileira, particularmente do pós-64. Abria-se, com isso, caminho para um novo confronto com o patronato e o seu Estado político, quando da realização da campanha salarial de 1980.

Quanto aos nexos existentes entre a ação operária e o seu processo de conscientização pode-se dizer que, do mesmo modo que nas Greves do ano anterior, a paralisação geral de 1979 também trouxe ganhos significativos no plano da consciência espontânea, contingente, do proletariado metalúrgico. Avançou-se no deslindamento de alguns elementos que desde Maio de 78 já haviam sido aflorados. Tratando-se entretanto, de uma Greve cuja ação teleológica foi marcada pela inexistência de uma direção consciente, seus ganhos ativeram-se ao

47. Foi como resultado deste fosso existente entre a ação social-de massas e a atuação parlamentar incapaz de incorporar as reivindicações sindicais — o pólo combativo do movimento sindical — o novo Trabalhadores.

48. Apesar de constantemente enfatizada, pela teoria política, a diferença entre *movimento operário* e *movimento sindical* (o primeiro de amplitude e abrangência maiores que o segundo), na particularidade da ação do operariado metalúrgico do ABC paulista há neste período que estudamos, uma íntima relação entre o avanço do movimento operário e o desenvolvimento do novo *sindicalismo*.

plano da espontaneidade operária, ainda que num patamar superior àquele vivenciado quando do ressurgimento do movimento grevista. Há, entretanto, um elemento decisivo, que terá importantes desdobramentos ulteriores: trata-se da *avaliação concreta* feita pela liderança da Greve, bem como a forma pela qual essa avaliação foi introjetada e assimilada pela massa operária. Se se concebe a ação grevista como um movimento *vitorioso*, na medida em que se apreende a sua concretude e o seu real significado, os desdobramentos no plano da consciência espontânea serão marcados pela positividade e avanço. Se, entretanto, se visualiza o resultado da Greve Geral metalúrgica de 1979 como expressando uma *derrota*, dificilmente esta análise e entendimento deixará de obliterar e mesmo acarretar retrocessos no plano da consciência espontânea do proletariado metalúrgico. Neste caso, ao invés de um avanço qualitativo, tem-se uma situação onde uma avaliação equívoca gera repercussões bastante negativas. E, conforme veremos a seguir, na teleologia presente na realização geral metalúrgica de 1980, esse segundo entendimento acabou prevalecendo no seio das lideranças da Greve.

CAPÍTULO III

O Novo Confronto: a Resistência e os Limites da Greve Geral Metalúrgica de 1980

Está em jogo a dignidade, o espírito de luta e a emancipação dos trabalhadores metalúrgicos. Não vamos perdê-la.
(Boletim do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo, abril de 1980)

O Capital e o Trabalho Preparam-se para Novo Embate

A ofensiva grevista de 1979, vitoriosa para os assalariados, fez com que o capital e o seu Estado político procurassem recompor-se frente ao avanço da movimentação dos trabalhadores. Através do projeto de auto-reforma buscava-se reordenar o bloco no poder, ao mesmo tempo em que se procurava cooptar setores portadores de propostas que se restringiam à liberalização do regime. Mas a auto-reforma não vislumbrava, como vimos, o reemergir do movimento reivindicatório de massas. Se em 1978 essa ação expressava heranças da fase de *resistência*, o movimento iniciado em 1979, com a Greve

General metalúrgica, e que se generalizou para as mais distintas categorias, assumiu um explícito caráter de *ofensividade*, colocando o poder político frente a uma realidade ausente no universo das possibilidades previstas pela dominação burguesa. A dimensão ascendente do movimento grevista fez com que, em fins de 1979, o poder político do capital reestruturasse os instrumentos capazes de propiciar um embate mais direto com as bases sociais do movimento de contestação grevista. Era o início da contra-ofensiva ditatorial, cujo objetivo era atingir a espinha dorsal do *novo sindicalismo*, num primeiro momento através de medidas perversivas e, posteriormente, através de violenta repressão. Foi exatamente nesta contextualização política que foi implementada a "nova política salarial" de novembro de 1979, que objetivava principalmente conter e mesmo fazer refluir o movimento reivindicatório grevista.¹ Através de reajustes semestrais e aumentos pouco acima do INPC para as faixas mais inferiores na escala salarial, pretendia-se operar um descolamento entre a liderança do movimento sindical — o *novo sindicalismo* — e os largos contingentes que compreendiam as massas assalariadas, base social dos movimentos reivindicatórios. A autocracia burguesa estruturava-se para enfrentar o movimento grevista com este instrumental: institucionalização da semestralidade — já vigente, em boa medida, pela ação reivindicatória grevista —, concessão de um percentual (10%) acima do INPC para os salários inferiores e introdução de um regime diferenciado de aumentos, visando à fragmentação e diferenciação dos salários dos trabalhadores, sem ferir, em nenhuma instância, os lucros capitalistas. A intensificação da recessão econômica, atingindo diretamente os trabalhadores, consolidava ainda mais um quadro desfavorável, pois além da depressão salarial, aumentava o contin-

1. Esta introduzia, entre outros aspectos: a semestralidade como período de correção salarial; criava-se a sistemática do INPC, fixado pelo governo; estabelecia faixas salariais diferenciadas: 1,1 do INPC para aqueles que percebessem até 3 s.m., 1,0 para a faixa de 3 a 10 s.m., 0,8 para aqueles que percebessem entre 10 e 20 s.m. e 0,5 para os salários acima de 20 s.m. Estabelecia, ainda, uma única possibilidade de negociação direta entre trabalhadores e patronato, podendo-se estabelecer um *governo*, *excedente ao INPC*, a título de produtividade. Referindo-se à nova política, pouco antes da sua vigência, disse o ministro Murilo Macedo que "o trabalhador deixará de se preocupar com o aumento salarial, pois este passará a vir automaticamente, com o desgaste inflacionário". (*Folha de S. Paulo*, 29/09/79)

gente de desempregados. Uma vez subtraído o fermento imulsionador do descontentamento operário, seriam facilmente controladas as ações reivindicatórias, quer pela suposta inação das massas, quer pela ação repressora sobre o *novo sindicalismo*. Era esta a estratégia do capital e seu estado político. Estes já haviam percebido que qualquer tentativa de descolar do plano institucional para o nível da materialidade, ainda que o fizessem sem alterar sequer minimamente o fundamento da política econômica vigente. Em outras palavras: urgia operar uma epidérmica e superficialíssima modificação na política salarial, sem jamais eliminar o arrocho salarial. Numa síntese dir-se-ia que o limite da auto-reforma, a partir da intensificação das lutas de classes, seria fazer irrisórias e aparentes concessões "econômico-sociais", como forma de preservar e manter a política de superexploração do trabalho.

As greves que ocorreram em fins de 1979, como a dos metalúrgicos de São Paulo, e no início de 1980, como a dos portuários e, especialmente, a dos metalúrgicos do ABC, desmistificaram e desnudaram a propositura da "nova política salarial". Desde logo o pólo mais combativo do movimento sindical apercebeu-se do seu caráter essencialmente negativo: "No fundo, o governo está pretendendo com estes reajustes retirar o direito que conquistamos na prática de negociar melhores salários e melhores condições de trabalho diretamente com os patrões.

Outra prova de que o governo quer limitar o poder de nossos sindicatos e controlar nossas lutas é a falsa negociação direta que o projeto da nova política salarial propõe para a obtenção de um aumento anual. De acordo com a proposta do governo, o aumento só será negociado com base no crescimento da produtividade da empresa. Mas como medir esta produtividade, se nós não temos controle sobre os dados e os cálculos feitos pelas empresas?

Ao vincular o aumento salarial ao aumento da produtividade, a proposta do Governo quer também dificultar nossa luta pela redução das jornadas e do ritmo de trabalho. Isso porque os aumentos de produtividade têm sido obtidos às custas do aumento do ritmo e da jornada de trabalho, ou seja, com o aumento da exploração da nossa força de trabalho."²

2. Ver *Tribuna Metalúrgica*, n.º 53, outubro de 1979, p. 5.

Estes elementos nos permitem dizer que uma das finalidades desta política salarial visava à redução da "possibilidade de greves — arma de pressão da melhor qualidade para se obrigar os patrões a sentarem à mesa de negociações."³

Foi após a implementação desta "nova" política salarial que os trabalhadores da indústria automobilística intensificaram sua campanha salarial, no início de 1980. Antevendo um novo e acirrado confronto com o patronato, os metalúrgicos do ABC procuraram dar maior organicidade à sua ação.⁴ Estavam respaldados em duas experiências anteriores, como as Greves de Maio de 1978 e a Greve Geral de 1979, e também em outras paralisações ocorridas no ano de 1979, como a dos metalúrgicos da cidade de São Paulo.⁵

Do mesmo modo o capital preparou-se para este novo embate: reciclou seus quadros, assimilando as experiências de negociação coletiva realizada nos pólos hegemônicos do capitalismo monopolista e retardou propositalmente a organização da sua comissão de negociações. Tudo isto fazia acontecer um impasse nas relações entre capital e trabalho, bem como a inevitabilidade do confronto.

Novamente, as lideranças sindicais do ABC optaram por uma campanha independente da Federação dos Metalúrgicos, uma vez que sabiam, pela experiência de vários anos, que

3. *Ibid.*, p. 2. Sobre a oposição dos metalúrgicos à política salarial ver também *ABCD Jornal*, n.º 42, 15 a 21 de outubro de 1979, p. 3.

4. Da primeira assembleia geral participaram 4.500 operários. Foi organizado um comando de mobilização com 446 trabalhadores, com a responsabilidade de preparar e organizar as assembleias seguintes. Dias depois, 80 mil metalúrgicos lotaram o Estádio de Vila Euclides e mostraram o vigor e o ímpeto dos trabalhadores naqueles momentos que antecederam à deflagração da Greve Geral metalúrgica de 1980. A primeira assembleia foi realizada em três sessões, durante os dias 29 de fevereiro e 1.º de março. Quando da realização da segunda, em 16 de março, os operários decidiram que, enquanto perdurassem as negociações, não seriam realizadas horas-extras, além de que diminuiriam o ritmo da produção nas fábricas. Realizaram-se 215 reuniões (por fábricas) no Sindicato e 65 assembleias nas entradas e saídas dos turnos, nas portas das fábricas, totalizando quase três centenas de assembleias preparatórias da pauta de reivindicações do operariado metalúrgico do ABC. Foram impressos 450 mil boletins preparatórios das três assembleias gerais que antecederam à Greve; 600 mil suplementos da *Tribuna Metalúrgica*; 62 mil adesivos, 19 mil cartazes e 20 faixas convocando para a assembleia decisiva de 30 de março de 1980. Ver *Tribuna Metalúrgica* n.º 57, abril de 1980, p. 5.

5. Ver um sintético balanço da forma como foram conduzidas estas greves do último ano em *Tribuna Metalúrgica*, n.º 55, dezembro de 1979, p. 3.

aquela entidade desconsiderava os interesses reais dos assalariados, em benefício de uma política de conciliação com o capital, que rendia à burocracia sindical a permanência no controle desse forte aparato. Neste ano de 1980, não só alguns sindicatos do interior, mas também algumas bases operárias, à revelia dos sindicatos subordinados à Federação, participaram do movimento reivindicatório grevista, ao mesmo no seu início.⁶

Definida e referendada nas assembleias gerais e por fábricas, a pauta apresentada à FIESP contemplava como reivindicações centrais: reajuste com base no INPC mais 15% a título de produtividade; piso salarial de Cr\$ 12 mil; estabilidade no emprego; redução da jornada de trabalho para 40 horas, sem redução salarial; reconhecimento dos delegados sindicais; presença sindical nas fábricas e controle das chefias pelos trabalhadores.⁷

Os sindicatos pautariam sua ação com vistas à obtenção de "um bom reajuste salarial, mas estariam atentos a outras reivindicações que representam muito para o trabalhador. Pouco adianta conseguir reajustes elevados se os padrões, através de suas manobras, conseguirem que pouquíssimos

6. O grupo independente viu-se fortalecido, contando, além dos Sindicatos do ABC, com a participação dos metalúrgicos de Campinas, Sorocaba, Taubaté, Santa Bárbara e Jundiaí. Infelizmente, como verenos a seguir, não se conseguiu soldar uma ação efetiva capaz de *aglutinar* e *ampliar*, ao longo da processualidade da Greve, estes (e outros) setores metalúrgicos que dissentiam do controle político e burocrático exercido pela Federação.

7. Além destes, a pauta de reivindicações compreendia os seguintes pontos: reajuste trimestral; reajuste dos admitidos após a data-base igual ao do paradigma; salários de substituição iguais aos substituídos; horas-extras com adicional de 100%; promoções devem se constituir em aumentos efetivos; quadro demonstrativo de salários em locais acessíveis; transporte gratuito; estabilidade para gestante de 90 dias e do menor desde o alistamento militar até 30 dias após a liberação; preenchimento de vagas pelo Sindicato; aviso prévio de 90 dias; estabilidade para os aposentados; envelope de pagamento com especificações; adicional de insalubridade de 30%; abono de faltas do estudante em dias de exame; quadro de avisos à disposição dos sindicatos; fim da contratação de mão-de-obra temporária; desconto assistencial em favor do sindicato; atestados médicos fornecidos pelos sindicatos e multa quando houver infração de qualquer cláusula do acordo. Conforme *Demonstrativo de Reivindicações — Campanha Salarial de 1980*, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema e *Tribuna Metalúrgica*, n.º 56, fevereiro de 1980. Ver também "Atualidades", *Relações Trabalhistas*, n.º 73, ano III, 28/04/1980.

venham a recebê-los. Assim, reivindicações como a limitação das faixas salariais, o delegado sindical e outras ganham a maior importância nessa campanha."⁸

A adoção de um salário-profissional visava à limitação das faixas salariais em cada profissão dentro do ramo metá-lúrgico, ao contrário da diversidade de faixas que as empre-sas estabeleceram, como forma de fragmentar o contingente operário.⁹

A reivindicação do representante sindical nas empresas visa a "resolver, através de negociações diretas com os em-presários, os problemas do dia-a-dia... O Sindicato, dentro da estrutura que temos hoje no país, que tem apenas 24 direto-res, não tem condições de atender todos os problemas das fábricas [...]. Nós precisamos, no mínimo, ter um represen-tante em cada empresa. Como nós temos empresas com mais de 10 setores, nós precisaríamos de um representante em cada um destes setores."¹⁰

Com relação à redução da jornada de trabalho para 40 horas os operários metalúrgicos justificavam-na porque "Es-ta nossa reivindicação não é nenhuma novidade para os nos-sos patrões. Nos países da Europa, sede das multinacionais, instaladas em São Bernardo e Diadema (Scania e Volks, por exemplo), os trabalhadores já têm há muito tempo sua jor-nada de trabalho de apenas 40 horas por semana."¹¹ Deste modo, segundo a direção sindical, o trabalhador terá mais tempo para recuperar-se do desgaste físico a que está sub-metido, além de obrigar as empresas a contratar maior con-tingente de força de trabalho.¹²

Quanto ao controle das chefias, tendo em vista o caráter opressivo reinante no mundo da fábrica, e nas relações de trabalho, os trabalhadores reivindicaram que, em caso de injustiça, pudessem suspendê-las ou mesmo substituí-las.¹³ Questionava-se, agora explicitamente, uma das expressões co-tidianas do depositismo presente na organização do trabalho

no interior das fábricas. A questão da estabilidade e da orga-nização sindical na fábrica (na verdade buscava-se avançar em direção às comissões de fábrica),¹⁴ acrescida ao questio-namento das chefias, incorporava mais efetivamente a di-mensão das relações de trabalho à problemática central da-da pela luta contra a superexploração do trabalho. Deste mo-do o Sindicato operário justificava suas reivindicações mais importantes.

Iniciadas tardiamente, as negociações acirraram-se nos pontos nodais: ao invés dos 15% acima do INPC, solicitados pelos operários, a FIESP ofereceu 3,65%, índice que foi ele-vado para 5% três dias antes da deflagração da Greve Geral. Foram rechaçadas as reivindicações referentes ao piso sala-rial (a Federação patronal ofereceu Cr\$ 5.904,00, menos da metade do que foi reivindicado), à estabilidade, à redução da jornada de trabalho, aos delegados sindicais e ao controle das chefias.¹⁵ Frente à recusa da FIESP, aos trabalhadores resta-va uma única opção: a *paralisação do trabalho*.

O Cotidiano da Greve e os Quarenta e Um Dias de Resistência: Controvérsia, Limites e Significado da Greve Geral Metalúrgica

No dia 30 de março, sem nenhuma proposta capaz de en-contrar aceitação no seio do Operariado metalúrgico do ABC,

14. "Não é por outro motivo que a campanha salarial dos metalúrgicos do ABC, em 1981, tinha como um dos pontos mais importantes em sua pauta de negociações, a questão da *representação nas empresas*. Diz o jornal *Tribuna Metalúrgica*, em abril de 1981: "A comissão de represen-tações sindicais junto às empresas, que ajudaria na solução dos pro-blemas internos, constitui uma das nossas reivindicações. Mas os em-presários não quiseram discuti-la. Mais uma vez sua repulsa à atividade sindical evidenciou-se [...]. A comissão proposta teria estabilidade idên-tica à do dirigente sindical, e a sua função seria servir de elo entre os trabalhadores da empresa e o sindicato". Ver Antunes, R., e No-gueira, A., *O Que São Comissões de Fábrica*, Brasília, São Paulo, p. 101.

15. Como última tentativa, antes da consumação da paralisação, os operários, em reunião na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), fizeram a seguinte proposta ao patronato: 7% de aumento a título de produ-tividade para a faixa até 3 s.m., 6,5% para a faixa de 3 a 10 s.m. e 4% para a faixa acima de 10 s.m., além de estabilidade de 12 meses.

8. Conforme *Demonstrativo...*, p. 1.
9. Conforme *Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica*, 21/01/80 e *Tribuna Metalúrgica*, n.º 56. A reivindicação do salário profissional apareceu com enorme destaque no início da campanha salarial, desapa-recendo posteriormente.
10. Ver *Suplemento Informativo*, 30/01/80.
11. Ver *Suplemento Informativo*, 23/01/80.
12. *Ibid.*
13. Conforme *Tribuna Metalúrgica*, n.º 56, fevereiro de 1980.

este decidiu pelo início da Greve Geral a partir de 1.º de abril,¹⁶ E, neste dia, sem que houvesse a necessidade de piquetes, os operários do ABC paralisaram as máquinas. Em São Bernardo, a adesão atingiu 90% da categoria, e na madrugada do dia 1.º de abril foram realizada três assembleias no Sindicato.¹⁷ A sistemática das assembleias gerais plebiscitárias, uma vez mais, constituiu-se no cotidiano da Greve, no mecanismo que lhe deu dinâmica e mesmo condução. Ainda neste primeiro dia, em surpreendente manifestação, o TRT decidiu pela não apreciação da legalidade da Greve, declarando-se incompetente para tal, bem como estabeleceu os seguintes índices de produtividade: 7% para aqueles que recebem até 3 s.m. e 6% para as demais faixas salariais. Estipulou o piso salarial em Cr\$ 5.100,00 e recusou o atendimento da estabilidade, do delegado sindical e da redução da jornada de trabalho, entre outras reivindicações. O julgamento do TRT fez com que os metalúrgicos de algumas cidades do interior aceitassem seus termos, encerrando a paralisação; o mesmo não ocorreu com os metalúrgicos do ABC, que apesar de reconhecerem o significado vitorioso desse julgamento no que concerne ao índice de produtividade e a não decretação da ilegalidade, ficaram insatisfeitos com o rebaixamento do piso salarial, a não obtenção da estabilidade e mesmo de algumas reivindicações que já haviam sido aceitas pelo patronato.¹⁸

16. Em São Bernardo, a assembleia contou com 60 mil operários; em Santo André cerca de 4 mil e em São Caetano, no dia seguinte, 2 mil operários tomaram a decisão. Registrou-se que Benedito Marcollo procurou, de várias maneiras, adiar a votação, alegando despreparo da base metalúrgica de Santo André.

17. Além do ABC, a Greve atingiu, ao longo dos primeiros dias, Sertãozinho, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Piracicaba, São José Américo do Brasilense, Ribeirão Preto, Ourinhos, Mococa, Jundiaí, Lorena, Cruzeiro, combinando paralisações setoriais, por fábrica e em alguns casos chegando até à paralisação geral, como em Sertãozinho.

18. Conforme *Tribuna Metalúrgica*, n.º 57, abril de 1980, p. 8. Em relação à possibilidade de volta ao trabalho após o primeiro julgamento do TRT, Lula deu a seguinte justificativa: "... Nós tínhamos razões de sobra para não aceitar. Primeiro porque não se deu nada a mais do que já tínhamos rejeitado em assembleia, os 5 e 6% e a estabilidade para o trabalhador acidentado. Não poderíamos aceitar a decisão do tribunal que aumentou em 1%, mas tirou Cr\$ 800,00 no piso, que representava 10% para quem ganhava menos. Além disso, ele tirou a estabilidade do trabalhador e a vantagem da hora-extra. Não dava para aceitar esta proposta do tribunal, se em assembleia os trabalhadores haviam recusado a proposta patronal que era um pouco melhor que essa." *Lula: Retiro...*, op. cit., pp. 28-29. Ver também depoimento de Lula a *Em*

Dos 142 mil metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, cerca de 90% permaneceu em greve, segundo dados do Sindicato. Prevendo a longevidade da Greve — Lula argumentou em assembleia que a paralisação poderia durar até 30 dias — iniciou-se, através do apoio da Igreja, o recolhimento de alimentos bem como, através do Fundo de Greve, a coleta de recursos financeiros para o sustento dos grevistas.

No que tange à sua organização interna, a Greve era dotada de uma estruturação precisa: as assembleias gerais plebiscitárias constituíam-se na instância decisória do movimento. Mas, tendo em vista a experiência do ano anterior, quando houve a intervenção e a crise aberta durante a ausência de Lula, estruturou-se também uma organização capaz de dar continuidade ao movimento, uma vez que se previa o desencadear da ação de todo o aparato repressivo: no topo do movimento encontrava-se a *diretoria* do Sindicato (membros efetivos e diretores de base), com Lula à frente. Estruturou-se um *comando de greve*, com dezesseis operários, que substituíam, um a um, se necessário, os membros da diretoria. Para agilizar as decisões desse comando, existia um escalão intermediário, com cerca de 45 trabalhadores, que se encarregavam de transmitir as diretrizes à *comissão de salários e mobilização*, composta de 446 membros. Estes, distribuídos pelas fábricas e pelos bairros, faziam a ligação entre a *base* e o *comando*. E, através das assembleias plebiscitárias de massa, o movimento era constantemente reavaliado. O fundo de greve garantiria um respaldo material mínimo para o operariado permanecer paralisado. Como se vê, no plano estritamente *organizacional*, o movimento grevista era dotado de um ordenamento preciso, capaz de dar sustentação, se necessário, por vários dias ou mesmo semanas.

Tempo, n.º 107, 3 a 18 de junho/80, p. 17. Diferente, neste ponto, é a análise de José Cicoti feita em balanço posterior ao fim da Greve: "Quando houve aquele julgamento do TRT — em que ele se declarou incompetente para decretar a legalidade ou ilegalidade — eu fiquei em dúvida sobre qual a posição correta a tomar. Hoje eu acho que aquele pronunciamento do TRT foi uma vitória que poderia beneficiar todos os trabalhadores brasileiros. Se tivéssemos voltado ao trabalho no outro dia, ampliaríamos a vitória para todo o país. Isso porque, no resto do país, ninguém mais poderia declarar ilegal uma greve daquelas. Mas nós não vimos as outras categorias e isso foi um erro da gente. O que nós fez continuar foi acreditar que o tribunal continuaria se declarando incompetente para julgar a greve, o que acabou não acontecendo." Ver depoimento de José Cicoti, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, in *Correio Sindical*, n.º 18, dezembro de 1980, pp. 6-7.

Não era essa, entretanto, a realidade em Santo André e São Caetano. Neste último município, a greve encerrou-se no oitavo dia quando um alto índice de trabalhadores já havia retornado ao trabalho. Estando o Sindicato sob controle de uma burocracia sindical dócil e subserviente ao Ministério do Trabalho — e que tudo fez para impedir a continuidade da Greve —, os metalúrgicos de São Caetano acabaram voltando ao trabalho. Com o mesmo ocorrendo nas cidades do interior, a greve, de dimensão ampliada no seu início, e com possibilidades de expansão, se ações concretas neste sentido houvessem sido implementadas, agora restringia-se praticamente a São Bernardo e Santo André.¹⁹

Um evento, sucedido no 12.º dia da greve (11 de abril), apesar de bastante favorável a uma pequena parcela de trabalhadores, teve forte sentido *ilusório* para a diretoria e o comando de greve, que o tomou como início da rendição patronal — o que, como se sabe, não aconteceu: referimo-nos ao acordo assinado com a empresa Termomecânica.²⁰

Contrariamente ao que prognosticaram em assembléia os líderes do movimento grevista, o capital e o seu poder político entrijeceram ainda mais suas posições. Foi realizado então, sob pressão do regime, um segundo julgamento da greve, onde se aguardava a declaração da sua ilegalidade, para que se tivesse “pretexto legal” para se desencadear toda a ação do aparato repressivo. E tudo ocorreu em conformidade com sua programação: o TRT invalidou o primeiro julgamento e decretou a ilegalidade do movimento.²¹

19. Dos 287 mil trabalhadores metalúrgicos do ABC e Interior, continuavam em greve cerca de 170 mil operários, dos quais 127 mil eram de São Bernardo e Diadema. Na base territorial do Sindicato de Santo André, dos 60 mil operários, cerca de 70%, ou seja, 43 mil, permaneciam em greve. Em São Bernardo, dos 73.300 trabalhadores da indústria automobilística, 68 mil continuavam em greve; no setor de autopeças, dos 25.900 operários, 20.590 continuavam paralisados. Dos 42.800 metalúrgicos de outros setores, 39 mil mantinham-se em greve. Dados fornecidos pelos Sindicatos e Federação dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo.

20. Este acordo estipulava piso salarial de Cr\$ 12 mil; aumento real de 12% para a faixa de até 5 s.m.; 8,5% para a faixa de 5 a 8 s.m. e 6% para salários acima de 8 s.m.; pagamento dos dias em greve; não punição dos grevistas; estabelecimento de, no máximo, 3 faixas de salário para cada função; antecipação salarial de 3% ao mês, cumulativamente. Este acordo beneficiou os 2 mil operários da empresa Conforme Boleão sindical.

21. A alegação foi a de que se tratava de uma greve distinta daquela julgada anteriormente, em 1.º de abril (quando estavam envolvidos mais

Assim que os metalúrgicos tomaram conhecimento dessa nova decisão, manifestaram sua revolta: 60 mil, em São Bernardo, decidiram pela continuidade da greve, tendo sido elaborado, pela diretoria do Sindicato de São Bernardo, documento onde se procurava demonstrar toda indignação contra as ações do capital e do seu aparato político repressivo: “Estão jogando tudo contra o nosso movimento. Estão lutando contra os trabalhadores como se fôssemos inimigos da pátria, ladrões e assassinos. Patrões, polícia, governo, tribunas, rádio, televisão, jornal, tudo enfim, é utilizado para massacrar homens e mulheres que, pacificamente, lutam por reivindicações reconhecidamente justas. Sim. Nosso movimento sempre foi e continua sendo exclusivamente reivindicatório, sem jogo ou intenções políticas.”

De fato. Perseguímos um aumento de salário que significava uma participação efetiva na riqueza que produzimos e nos lucros que proporcionamos aos patrões. Ficou absolutamente provado no acordo que celebramos com a Termomecânica que os patrões têm plenas condições para atender as reivindicações que formulamos. [...] Verifica-se, portanto, que são os patrões, fortemente apoiados pelo governo, que estão fazendo política. Querem massacrar o movimento operário em São Bernardo para poderem continuar explorando os trabalhadores, sem qualquer obstáculo. [...]

Nossa greve não tem recuo, nossa greve não tem tréguia. Os metalúrgicos sabem que, furando a greve, só terão a perder. Paralisados, só terão a ganhar, pois as empresas já chegam ao limite de seus estoques.”²²

O confronto operário atingiu, neste momento, maior intensidade. Era iminente a intervenção nos organismos sindicais. O dispositivo orgânico dos metalúrgicos, que abrangia as organizações nos bairros, assembléias gerais, comissão de salários e mobilização, comando de greve e diretoria, além de manter-se em ritmo intenso, teria que lutar contra o crescente isolamento do movimento.

Com o respaldo jurídico-legal, o estado bonapartista avançava em sua tática de enfrentamento com a greve metalúrgica.

de trinta Sindicatos, ao contrário do segundo julgamento, quando somente os Sindicatos de São Bernardo e Santo André participavam). Por 15 votos contra 11, o TRT decretou a ilegalidade da greve, em 14/4/80. 22. “Ao Povo Brasileiro: Por que continuamos em greve”, documento da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores, 15/04/80. Em Santo André também reafirmou-se a continuidade da greve.

gica: intervenção nos Sindicatos operários visando quebrar a centralidade sindical do movimento, prisão das lideranças objetivando reeditar a crise no comando da greve, fechamento do Estádio e praças públicas objetivando coibir as assembleias plebiscitárias de massa, repressão violenta nas ruas para impedir manifestações, passeatas e concentrações operárias. Ao mesmo tempo, os representantes do capital monopólio vinculado ao ramo automobilístico negavam-se a esboçar qualquer retomada das negociações, fazendo constantes ameaças de demissões aos grevistas e canalizando sua atuação com o fim de levar o movimento até o seu esvaziamento e conseqüente derrota. E, em conformidade com a lógica arquitetada para o enfrentamento da greve, decretou-se, no dia 17 de abril, a intervenção nos Sindicatos operários de São Bernardo e Santo André e destituiu-se suas respectivas direções, cassando seus direitos sindicais. Dois dias após, numa ação vultosa e rápida, foram presos Lula e diversos líderes do movimento, além de dirigentes sindicais e membros representantes de associações liberais.²³

Logo após o ato de intervenção, Lula fez uma declaração que deixava transparecer a nova tática do movimento grevista, frente ao acirramento da repressão: "O governo não pode intervir nas casas de 142 mil metalúrgicos para obrigar os operários a voltarem ao trabalho [...] Os metalúrgicos já sabem como proceder agora, pois desde a primeira assembleia nós já contávamos com a possibilidade da intervenção e preparamos os trabalhadores para isso. A intervenção não muda o quadro nem altera o ânimo dos trabalhadores."²⁴

Desse modo a liderança da greve redefinia sua ação: sem o Sindicato, os trabalhadores deveriam dirigir-se ao Págo Municipal; se este estivesse interdito, iriam à Igreja Ma-

triz e, na impossibilidade desta, seriam utilizadas as demais igrejas do ABC e São Paulo.²⁵

O movimento grevista, que se havia capacitado para o embate apenas no plano de sua estruturação organizacional, desconsiderando como veremos adiante, a necessidade e a importância de uma *prévia ideação política*, frente à investida ditatorial, buscava encontrar uma alternativa a esta nova situação, então num processo nitidamente defensivo. Esta gerou repercussões sérias na organicidade e na resistência do movimento, inevitáveis em decorrência da perda da centralidade (a partir da prisão das principais lideranças e da intervenção nos Sindicatos) e da impossibilidade de continuar realizando expressivas assembleias plebiscitárias com dezenas de milhares — quase uma centena — de trabalhadores. Era a tática do regime para quebrar a resistência e a organização da greve. Lembra-se que apesar da intensa atividade do Fundo de Greve e da ação solidária da Igreja através da Pastoral Operária, a ação metalúrgica — que padecia de uma limitação crucial presente em suas lideranças, cuja ação teleológica não havia atentado para a necessidade imperiosa de articular a *ampliação da base social e política da Greve* — não obteve respaldo político efetivo nem do conjunto do movimento sindical (e nem mesmo dos que se vinculavam ao *novo sindicalismo*) e nem dos partidos políticos de oposição, em que pesem a atuação de parlamentares e individualidades destas agremiações.²⁶ Tudo isso acentuava o isolamento dos metalúrgicos de São Bernardo e Santo André: a ação solidária não transcendia a coleta de alimentos e recursos financeiros, além da

23. Orientação dada por Expedido Soares, no prédio do Sindicato, logo após o recebimento da notícia da intervenção.

24. Houve, desde o início da greve, uma divisão que se manifestou até no movimento de solidariedade ao ABC. A *Unidade Sindical* manifestava forte oposição à forma de ação dos metalúrgicos de São Bernardo, que não aceitavam a orientação político-sindical daquela entidade. Para que se tenha uma idéia do que aqui se alude, leia-se o jornal *Correio Sindical*, (que expressava a política sindical do PCB) particularmente os exemplares editados durante o período da Greve, onde no momento mais intenso do confronto, quando mais o movimento carecia de apoio efetivo e concreto das demais correntes do movimento sindical, houve por parte daquele órgão uma absoluta frieza com relação à campanha dos metalúrgicos. A manchete de primeira página do periódico de março/abril de 1980, (n.º 9/10) fala em "Preparar o 1.º de Maio de luta e unidade", onde não há uma única menção explícita e de apoio à Greve do ABC. E, em matéria nas páginas internas do jornal, sobre a cam-

23. Entre eles, Djalma Bom e Devanir Ribeiro de São Bernardo; José Cicotti, Ernesto Sencini, Isaías V. da Cunha, Orlando Francolino Mota e José Timóteo da Silva, de Santo André; José Ferreira da Silva (Frei Galves), presidente do Sindicato dos metalúrgicos de Santos, Afonso Deléllis, ex-militante sindical metalúrgico de São Paulo; José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz, Dalmio Dallari, jurista; Ricardo Zaratini, *anistiado*, e Antonio Roberto Simoes, *jornalista*. A partir desse ato, as prisões sucederam-se, tornando-se prática cotidiana e atinguindo praticamente a totalidade dos elementos que participavam da condução da greve.

24. Conforme *Folha de S. Paulo*, 18/04/80.

ação parlamentar, voltada prioritariamente para a tentativa de preservação da integridade física dos operários, bem como a publicação de manifestos e atos, importantes, mas *absolutamente insuficientes* num momento de agudização da luta de classes e onde a derrota daquele movimento grevista não seria *exclusivamente* uma derrota dos metalúrgicos do ABC, *mas de toda classe operária em sua luta contra a base de sustentação da política econômica do poder ditatorial, contra o arrocho salarial e contra a superexploração do trabalho.*

A continuidade da Greve era, entretanto, reafirmada, em mais uma assembleia plebiscitária, onde acrescentavam-se também, como condição para o retorno ao trabalho, além das reivindicações anteriores, a libertação dos líderes detidos e o fim da intervenção nos organismos sindicais. A reação ditatorial foi impedir a realização de novas assembleias plebiscitárias.²⁷ A partir desta restrição intensificaram-se ainda mais os embates entre a massa operária e as tropas policiais nas ruas de São Bernardo.

No vigésimo dia de Greve metalúrgica acentuavam-se os impasses.²⁸

panha salarial, afirmava: "Devemos compreender que esta campanha salarial que se desenvolve não é só do ABC. Mas sim de todos os metalúrgicos do interior e que cabe aos nossos sindicatos a tarefa de defender a unidade com a Federação, marcando posição firme e que demasque as direitorias divisionistas e vacilantes de outros sindicatos. É participando e defendendo posições unitárias que caminharemos rumo à conquista da direção da Federação." E, referindo-se à necessidade de organização da Conclat e de uma Central sindical, esse artigo ainda propugnava: "Devemos exigir que nossos sindicatos participem da Intersindical e criem com os sindicatos das demais categorias da região uma Intersindical do ABC, subordinada à estadual." *Ibid.*, p. 7. No exemplar n.º 11 deste mesmo periódico, de maio de 1980, a ênfase é a matéria exclusivamente dedicada à Greve do ABC.

27. A restrição atinha o Estádio de Vila Euclides e o Paço Municipal de São Bernardo e o Estádio de Vila Jagatuba, em Santo André.

28. Osmar Mendonça, à época em plena identidade com a direção sindical de São Bernardo, destacando-se inclusive como uma das mais importantes lideranças do movimento grevista, tangenciava algumas das dificuldades enfrentadas pelo movimento, particularmente no que diz respeito à ação dos partidos:

"Cabe dentro da nossa greve uma ação política dos partidos de oposição, principalmente daquele que surge agora e que é muito mais ligado ao movimento popular: o PT [...] Os partidos de oposição têm que se juntar nessa hora e tentar garantir ao modo deles pela força deles, o nosso direito de greve e de manifestação [...] Por não estarem fazendo isso, eu acho que os partidos não estão conseguindo dar um apoio político como partido. Há um descompasso. O movimento sindi-

Acossados, impossibilitados de realizar assembleias plebiscitárias no Estádio ou no Paço Municipal, os operários passaram a realizá-las na Igreja Matriz e a manter a mobilização através das reuniões por bairros.²⁹ Embora as lideranças

cal está muito mais político do que os próprios partidos, incluindo aí o PT." Ao que acrescentou, referindo-se às possibilidades de desfecho da Greve: "Se houver um massacre em São Bernardo, a repercussão disso em termos de política nacional será um refluxo do movimento popular e democrático. Se o governo veni, dá cacetada e sai vitorioso, isso implica em reforçar o regime ditatorial [...] Então, o nosso movimento coloca a seguinte tarefa para o conjunto das forças de oposição: lamentável o fato de que não se conseguiu criar aqui em São Paulo um movimento de apoio unitário à nossa greve. Isso é uma derrota que mostra que, em última instância, as forças de oposição estão muito mais preocupadas com os interesses de cada setor do que com o conjunto do movimento." Conforme "Osmarzinho na Cabeça da Greve", *Journal do PT*, Ano I, abril/80, RJ, p. 3. Ainda com relação à atuação dos partidos políticos disse Lula: "A verdade é que, na medida em que a gente tinha uma proposta política, muitos parlamentares se colocaram contra a greve, assumindo a posição do governo... Quando fazíamos greve política, eles falavam que a gente só fazia greve econômica. Exigiam de mim uma greve política e eu falava que a política era o resultado disso... O Antonio Soares e mais alguns que não me lembro tiveram uma participação extraordinária no movimento, sob todos os aspectos. Mas não houve articulação nenhuma de partido político no sentido de ajudar, de tomar posição com relação à greve." Conforme Lula: *Retrato*, ... em 78/79, era chamado de maravilhoso, em 80 não tinha o apoio dos falsos democratas, que começavam a dizer que estávamos criando caso para o processo de abertura política. Então, o pessoal que elogiava a isso não é justo, parem com isso, vocês vão atrapalhar." E aí entram alguns setores do PC, é só ler o livrinho do Hércules Correa para perceber." *Ibid.*, p. 26. Com relação ao PT, então no início de seu processo de constituição, ainda que efetivamente apoiasse a Greve, não foi capaz como um partido operário dotado de independência teórica e ideológica, cientificamente concebidas, e com clara visualização das alternativas e possibilidades da ação operária. Porém, como foi o Partido que maior presença teve no movimento — através da ação de várias lideranças da greve, que pertenciam aos seus quadros — foi, em boa medida, responsável pela concepção política que acabou por nortear a condução da greve, seus desdobramentos e resultados. Voltaremos mais adiante a este ponto.

29. "A atuação nos bairros não ficou apenas nos municípios de São Bernardo e Diadema. Como uma grande parte dos metalúrgicos que trabalham nessa região moram fora dela, foi necessário estender o trabalho para os bairros de outros municípios como Santo André, Mauá e, principalmente, São Paulo... Os metalúrgicos mantinham, nesses bairros e em muitos outros espalhados pela Grande São Paulo, reuniões praticamente diárias com cerca de 400 pessoas em cada um, entre me-